



**ATA N.º 34/XI-3º/2015-16**

1 - Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas 21H00, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de novembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
  - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
  - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
    - 3.2.1 - “Opções do Plano do Município para 2016”
    - 3.2.2 - “Orçamento do Município para 2016”
    - 3.2.3 - “Mapa de Pessoal do Município para 2016”
    - 3.2.4 - “Opções do Plano dos SMAS para 2016”
    - 3.2.5 - “Orçamento dos SMAS para 2016”
    - 3.2.6 - “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2016”
  - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal do prédio urbano sito em Quinta de Santo António, Vila Nova de Caparica, Caparica”
  - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno, sita no Sítio da Margueira, na freguesia de Cacilhas”
  - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafetação do domínio público municipal de parcelas integrantes do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”
  - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal por doação de terreno, na Quinta da Carcereira, freguesia da Sobreda”
  - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU da Cova da Piedade”
  - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU do Pragal”
  - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU do Monte de Caparica”
  - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura”



3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lista de Candidatos a Juízes Sociais”

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período de seis meses, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **(Conforme Anexo I)**.

4.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

4.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4828/XI-3º), **(Conforme Anexo II)**.

- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4793/XI-3º), **(Conforme Anexo III)**.

- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4822/XI-3º), **(Conforme Anexo IV)**.

- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4852/XI-3º), **(Conforme Anexo V)**.

- A Senhora Deputada Municipal Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4824/XI-3º), **(Conforme Anexo VI)**.



- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4850/XI-3º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4851/XI-3º), (**Conforme Anexo VIII**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4852/XI-3º), (**Conforme Anexo IX**).
- O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, com ausência no dia 25 de novembro de 2015, (Ent. nº 4796/XI-3º), (**Conforme Anexo X**).

**4.2.1-** Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII**).
- O Candidato Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente e cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIII, XIV, XV e XVI**).
- O Candidato Sr. Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVII, XVIII, XIX e XX**).
- O Candidato Sr. Carlos Alexandre Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, da eleita Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes e por impedimento da cidadã Sr.ª Fernanda Maria Amaro Tavares, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXI e XXII**).
- A Candidata Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIII**).
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV**).



- O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXV**).
- A Candidata Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão do Mandato do eleito Senhor João Rafael Faustino Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVI**).
- A Candidata Sr.<sup>a</sup> Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de novembro, do eleito Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXVII e XXVIII**).

**4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Branco Ralo Barata Correia (PAN).

**4.4** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 4484/XI-2º ao 4714/XI-2º do Expediente Enviado do nº 2914/XI-2º ao nº 3106/XI-2º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 12/XI-3º/2015-16, das Atas Nºs 32/XI-2º/2014-15 e 33/XI-2º/2014-15 e das Minutas das Atas Nºs 32/XI-2º/2014-15 e 33/XI-2º/2014-15 e da Informação Nº 11/15-16 da Atividade dos Membros da Mesa.

**4.5** - O Presidente informou os Srs. Deputados Municipais sobre o Relatório do 2º ano de atividade da Assembleia Municipal.

**4.5.1** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Dar nota aos Srs. Deputados Municipais de que está pronto, embora esteja neste momento em fase de redação final, mas dar já nota do Relatório do 2º ano das nossas atividades. Alguns dados: o Relatório vai de 21 de outubro de 2014 a 31 de outubro de 2015, realizámos oito sessões com 15 reuniões, estiveram presentes 479 cidadãos que assistiram às nossas reuniões o que dá uma média de 29,3 cidadãos por reunião, usaram da palavra 25 munícipes nas nossas sessões, o que dá uma média de 2 por reunião. Foram produzidos 224 Editais; a Mesa esteve presente em 387 iniciativas; enviou-se a informação da atividade municipal para 1018 entidades e instituições, no global 7126 comunicações. As 4 comissões realizaram 12 reuniões. O expediente entre recebido e expedido durante este ano soma 38784 comunicações. A Assembleia apreciou 204 iniciativas das quais 125, quando se fala em iniciativas são apenas iniciativas iniciais, não tem a ver com propostas de alteração, são as Moções, Propostas da Câmara, Votos, etc., assim apreciámos 204 iniciativas das quais 125 de iniciativa da Assembleia e 79 de iniciativa da Câmara. Da Câmara foram aprovadas 75 duas foram adiadas. Da Assembleia foram aprovadas 110, rejeitadas 9, estão em comissão 4 e retiradas 2.



Uma coisa interessante é que a Assembleia Municipal tendo em consideração as substituições nestas 15 reuniões apenas teve uma falta.

Existiram 83 substituições ocasionais nas 15 reuniões. Da parte da Câmara Municipal de Almada o Presidente esteve presente nas 15 reuniões, os Vereadores tiveram 9 ausências, mas de sublinhar de que os Vereadores não têm obrigação de estar presentes, estão se assim o desejarem e quiserem, quem tem obrigação de estar presente é o Presidente da Câmara que a representa.

São estes dados, depois será distribuído o Relatório que tem dezenas de páginas ser-vos-á distribuído com mais conteúdo.”

**5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

**5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

**5.1.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.

**5.1.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.

**5.2.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.

**5.2.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Isenção de IMI a coletividades de cultura e recreio, organizações não governamentais e outras associações não lucrativas”.

**5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4702/XI-2º e designado de nº 12/CDS-PP/XI-2º.

**5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 4 de novembro de 2015, através do ofício nº 3118/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3117/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.4** - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Dados sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico e a Educação Pré-Escolar.

**5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4704/XI-2º e designado de nº 4/PS/XI-2º.



**5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 4 de novembro de 2015, através do ofício nº 3120/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3119/XI-3º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos e imediatamente encerrado por não haver inscrições para uso da palavra.

**7** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

**7.1** - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal João Galdes (apresentando Manifestação de pesar pelo falecimento do Cineasta José Fonseca e Costa).

**7.1.1** - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo Falecimento do Cineasta José Fonseca e Costa

O Cineasta José Fonseca e Costa faleceu aos 82 anos, no passado dia 1 de novembro em Lisboa.

Nascido em Angola em 1933, fixou-se em Lisboa em 1945 tendo frequentado a Faculdade de Direito entre 1951 e 1955.

Foi no cinema, no entanto, que viria a desenvolver a sua atividade profissional principal, assumindo-se como um dos nomes mais marcantes da cinematografia contemporânea, e uma figura incontornável do panorama cultural português.

Numa carreira profissional de 50 anos, José Fonseca e Costa soube construir uma filmografia vasta e de extraordinária qualidade, através da qual afirmou sempre a sua determinação na produção de cinema como obra de arte destinada à fruição de todos e não apenas das chamadas “elites”.

Para além do cineasta de qualidade incontornável, importa igualmente sublinhar a personalidade de José Fonseca e Costa enquanto ser humano, desde sempre assumindo com plena consciência a sua condição de democrata antifascista e anticolonialista, um posicionamento que o levou a manter sempre uma luta tenaz e persistente em defesa da Liberdade e da Democracia, nunca esquecendo as raízes da sua origem africana.

José Fonseca e Costa foi membro da Direção do Cineclubes Imagem, fez crítica cinematográfica nas revistas Imagem e Seara Nova, traduziu para português livros da autoria de Sergei Eisenstein e Guido Aristarco, além de alguns romances.

A sua luta antifascista e anticolonialista haveria de determinar a perseguição do regime fascista, prejudicando o curso da sua atividade profissional no nosso país. Em 1958 concorreu, como assistente de realização, a uma vaga na Rádio e Televisão de Portugal, fundada nesse mesmo ano, tendo ficado classificado em primeiro lugar no concurso. Foi, no entanto, impedido de integrar os quadros da empresa por interferência direta da PIDE.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Dois anos depois, em 1960, vê ser-lhe recusada uma bolsa de estudo para estudar cinema no Reino Unido, que solicitara ao Fundo do Cinema Nacional. Pouco tempo depois seria detido por participação em ações contra o regime fascista.

Em 1961 é forçado a exilar-se em Itália, onde é assistente estagiário de Michelangelo Antonioni, na longa-metragem L'Eclisse.

Regressa a Portugal em 1964, onde produz e dirige inúmeros filmes publicitários e realiza diversos documentários sobre indústria e turismo. Como realizador de ficção, estreia-se com o filme “O Recado”, rodado em 1972.

José Fonseca e Costa integrou o Movimento do Cinema Novo em português. Logo após a Revolução do 25 de Abril, participa no filme coletivo “As Armas e o Povo”, rodado em 1975 que retrata através da colagem de imagens registadas entre 25 de Abril e 1 de Maio de 1974 os momentos mais empolgantes dos primeiros dias da Liberdade reconquistada pelo Povo Português.

Da sua vasta obra no cinema, destacam-se filmes como “Os Demónios de Alcácer Quibir”, de 1975, uma abordagem ao colonialismo português, voltando ao tema da descolonização com o documentário “Independência de Angola - os Acordos de Alvor, o Governo de Transição”, rodado em 1977.

Em 1980 realiza “Kilas, o Mau da Fita”, alcançando um dos seus maiores êxitos junto do público português. Um êxito que volta a alcançar com a obra “Cinco Dias, Cinco Noites”, realizada em 1996, uma longa-metragem que adapta ao cinema o livro homónimo da autoria de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal), que recebeu diversas distinções internacionais como os prémios no Festival de Gramado e nos Globos de Ouro, e a seleção para o Montreal World Film Festival.

José Fonseca e Costa assinou outras obras de grande significado para o cinema português contemporâneo, como “Sem Sombra de Pecado” (1982), “Balada da Praia Dos Cães” (1985), “A Mulher do Próximo” (1988), “Os Cornos de Cronos” (1989), “O Fascínio” (2003), “Viúva Rica Solteira Não Fica” (2006) e “Os Mistérios de Lisboa or What the Tourist Should See” (2009), este último uma adaptação de um guia turístico escrito por Fernando Pessoa em 1925.

Fonseca e Costa participou igualmente no movimento associativo, tendo sido dirigente do Centro Português de Cinema, da Associação de Realizadores de Cinema e Audiovisuais e presidente do Conselho de Administração da Tobis Portuguesa (1992 a 1996).

A 9 de Junho de 1995 foi feito Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, e em 2000 eleito para o Conselho de Opinião da RTP. O seu percurso inclui ainda o teatro, tendo encenado “O Libertino”, no Teatro da Trindade (2012).

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 25, 26 e 27 de novembro de 2015, delibera:



1. Expressar o seu mais sentido pesar pelo falecimento do José Fonseca e Costa, Cineasta e Ser Humano de grande dimensão que projetou a arte e o cinema portugueses no nosso País e para além das suas fronteiras, uma enorme perda para a Cultura, o Saber e o Conhecimento de todos nós.
2. Endereçar as mais sentidas condolências ao Cinema Português e todos os seus profissionais, aos amigos e em particular à Família de José Fonseca e Costa, em especial aos seus dois filhos, Ana Lúcia e João Pedro, e aos três netos, José Pedro, Francisco e Júlia.”

**7.2** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação do documento.

**7.2.1** - A Manifestação de Pesar pelo falecimento do Cineasta José Fonseca e Costa, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

**7.2.2** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

**7.3** - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira para uma declaração política.

**7.3.1** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A poucos dias das eleições do passado dia 4 de outubro e em pleno período de campanha eleitoral, pela voz da ministra das Finanças, o Governo PSD/CDS anunciava a devolução de 35% da sobretaxa do IRS, baseada em previsões cujo otimismo alucinado se apresentava como uma decorrência normal da estratégia de não olhar a meios para atingir os fins, para ganhar eleições.

A tal sede de poder, a mesma de “ir ao pote” anunciada pelo Dr. Passos Coelho há alguns anos.

O otimismo desvaneceu-se quando passadas duas semanas após o ato eleitoral, a ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque veio informar o país que a devolução da sobretaxa seria afinal mais modesta, na casa dos 9,7% por culpa da quebra da receita do IRS. Melhor que nada pensavam alguns que estarão agora a olhar para as notícias que anunciam há poucos dias que afinal é precisamente nada, ou seja 0, o que se perspetiva que não iremos receber qualquer reembolso.

Dos 35% para 0% em menos de 2 meses Foi Obra! Era este o caminho pretendido pela continuação das políticas derrotadas do PSD e CDS.

Agradecemos o embuste!

Este exemplo é apenas um, entre muitos outros, da mentira, da demagogia, das fraudes sucessivas do Governo do PSD e CDS, de tudo o que penalizaram a maioria das famílias portuguesas com uma política destruidora dos direitos, liberdades e garantias, contra a Constituição da República Portuguesa e que mereceu, justificadamente, a oposição nas urnas



no último ato eleitoral sendo remetidos, sem qualquer dúvida, para o local onde deveriam situar-se há muito tempo, ou seja, na minoria que representam.

Percebe-se o nervoso e a irritação da direita: há condições democráticas em Portugal para pôr fim ao ciclo de austeridade e de ataque ao trabalho e ao projeto constitucional de democracia social, económica e cultural. E, acima de tudo, há uma incontável vontade social de pôr fim à agressão aos mais pobres e à classe média e de resgate da democracia inteira que a Constituição da República consagra.

O Presidente da República ouviu quem entendeu. Não deixa de ser estranho que tivesse declarado anteriormente que todos os cenários tinham sido equacionados, ao mesmo tempo que faltava às comemorações do 5 de outubro com a justificação de que necessitava de refletir sobre a situação da realização das eleições legislativas.

Os cinco milhões de votos não podiam ser esquecidos, todos com igual dignidade política e todos com igual qualidade de representação da vontade popular que definiram a atual composição majoritária do PS, BE, PCP e Verdes na Assembleia da República, a mesma que em poucos dias já fez aprovar legislação que rompeu com a prepotência, a arbitrariedade e a injustiça social repondo direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição da República Portuguesa.

O Presidente da República a poucos meses do final do seu mandato veio fazer na passada 2ª feira, dia 23 de novembro, um conjunto de exigências ao Dr. António Costa em relação à formação de um Governo liderado pelo PS com apoio parlamentar do BE, PCP e PEV; jamais impôs qualquer condição para a formação de um Governo minoritário do PSD/CDS. Seria muito fácil e nem sequer seriam necessárias exigências. Bastava impor o respeito pela Constituição da República Portuguesa a mesma que jurou cumprir e fazer cumprir.

Passados 51 dias após a realização das eleições legislativas, o Presidente da República veio, finalmente, fazer cumprir.

Passados 51 dias após a realização das eleições legislativas, o Presidente da República veio, finalmente, fazer o que era óbvio há muito tempo - indicou o Dr. António Costa como 1º Ministro.

Virar a página da austeridade, pôr o país a funcionar, responder às pessoas e aos seus anseios de dignidade, respeitar vidas inteiras de trabalho e de sofrimento, não dar qualquer pretexto aos mercados ou a quem quer que seja para chantagear o país e a democracia, estas são as exigências a que todos estamos convocados a responder.

Começa agora um novo ciclo comprometido com o início da reposição de rendimentos do trabalho e com a defesa do estado social. Descongelar pensões, aumentar o salário mínimo nacional, parar as privatizações, combater a precariedade, estão no centro do compromisso maioritário. O grande desafio começa agora.



Havemos de ter um país um pouco mais justo. Este acordo e a derrota da direita é apenas um bom começo.”

**7.4** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Carlos Guedes (apresentando uma Moção/Deliberação “Intervenção urgente no muro da Escola Fernão Mendes Pinto), Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando uma Moção/Saudação ao piloto Miguel Oliveira e Moção/Saudação aos judocas Telma Monteiro e Célio Dias), Beatriz Ferreira (apresentando Moção sobre o 25 de novembro de 1975), Vanda Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre Convenção dos Direitos da Criança), José Joaquim Leitão (apresentando Moção/Deliberação sobre 13 de novembro em Paris), Margarida Carvalho - Presidente da União da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda (apresentando Moção/Saudação ao XV Congresso da ANAFRE 2015), Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação de Condenação do terrorismo e da guerra, pela paz e pela solidariedade entre os povos), Carlos Revés (apresentando Moção/Saudação ao Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes), João Geraldes (apresentando Moção/Saudação ao VI Congresso Nacional da rede territorial das Cidades Educadoras), António Pedro Maco (apresentando Moção/deliberação sobre condições de acesso à Escola de Musica de Almada e Moção/Saudação a Miguel Oliveira), Sónia Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre Participação de Almada na COP21 - Conferência das partes das Nações Unidas e sobre Alterações Climáticas) e Daniel Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre Jovens comunistas alvos de ação antidemocrática).

**7.4.1** - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O assunto que nós trazemos aqui hoje é do nosso conhecimento já há algum tempo, já há quatro anos. Trata-se de um muro da Escola Fernão Mendes Pinto que está em perigo de derrocada e após as diligências efetuadas se mantem e nós entendemos que é tempo de resolver aquela situação e é tempo de quem tem responsabilidade as assumir e por isso apresentamos esta Moção.

Moção/Deliberação sobre Intervenção urgente no muro da Escola Fernão Mendes Pinto

As primeiras informações relativamente ao perigo de derrocada de um segmento do muro da Escola Fernão Mendes Pinto, no Pragal, datam de novembro de 2011.

Nessa data, os moradores próximos do local, alertaram a Protecção Civil de Almada para uma enorme fenda no muro com aproximadamente 4 metros de altura.

Foram realizadas vistorias por várias entidades que concluíram através de relatórios técnicos, a inevitabilidade de efetuar, com carácter de urgência, a reparação necessária.

Decorridos 4 anos e apesar da Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL) do



Ministério da Educação ter informado que a obra seria considerada urgente e que seria feita assim que possível, a verdade é que tal nunca se verificou.

Se neste momento esta situação não representa perigo, isso deve-se ao facto de a via ter sido vedada ao trânsito com os inevitáveis transtornos para quem viu uma rua transformar-se num beco sem saída, ao mesmo tempo que os peões ficaram sem acesso ao passeio.

O Ministério da Educação responsável pela solução deste problema não assumiu, até ao presente, qualquer decisão ajustada à gravidade das circunstâncias em que permanece o referido muro.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária de 25, 26 e 27 de novembro de 2015, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, delibera:

Reclamar a resolução deste problema, com urgência, ao Ministério da Educação. Que sejam realizadas as obras necessárias no referido muro da Escola Fernão Mendes Pinto, condição indispensável para restabelecer a normalidade naquele local e impedir que alguma situação de perigo possa ocorrer, apesar das medidas tomadas.”

**7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.4.2.1 - Moção/Saudação ao piloto Miguel Oliveira**

O piloto almadense Miguel Oliveira sagrou-se vice-campeão do mundo na categoria de Moto3, feito nunca antes alcançado por um português no desporto das duas rodas motorizadas ao mais alto nível.

Miguel Oliveira, residente na Charneca de Caparica, desde muito cedo despertou a sua paixão pelo motociclismo, iniciando a sua carreira com apenas nove anos, almejando logo excelentes resultados a nível internacional como sucedeu em Espanha ao sagrar-se vice-campeão do Campeonato de Madrid e ao vencer o Metrakit Mini-GP Festival que lhe valeu o título mundial.

Este foi o princípio de uma carreira que regista os títulos de vencedor do GP de Portugal Mini GP XL 70cc e vice-campeão do Troféu RACE Madrid (2006); Campeão do Troféu Mediterrâneo Pré-125 (2007); Vencedor KTM Red Bull em Inglaterra e na Holanda (2008); Vice-campeão da Europa e vice-campeão de Espanha (2010).

Esta atitude e paixão pelo motociclismo fizeram com que Miguel Oliveira ascendesse a patamares elevados da modalidade a nível mundial com a entrada em 2011 na categoria de velocidade de 125cc, passando esta a denominar-se no ano seguinte Moto3, onde surgiram os primeiros pódios, registos que se repetiram em 2013 e 2014.

O ano 2015 marca a ascensão do piloto de Almada nesta categoria, em representação da KTM, tendo disputado até à última corrida do GP Comunidade Valenciana o título mundial com o britânico Danny Kent, numa época registada pela primeira vitória da sua carreira na



alta-roda da velocidade no GP Itália, seguidas das conquistas nos GP Holanda, Aragão, Austrália e Malásia.

As suas prestações mereceram a atenção dos responsáveis de equipas com estrutura no Moto GP, sendo certo que em 2016 irá disputar a categoria de Moto2 na equipa Leopard Racing, fazendo dupla, precisamente, com o seu rival da época que agora terminou.

De valorizar, ainda, a conciliação dos estudos universitários - refira-se que é aluno da Escola Superior de Saúde Egas Moniz, na Caparica, onde está matriculado no curso de Medicina Dentária - com a alta competição desportiva, o que revela para um jovem como o Miguel Oliveira uma assinalável capacidade de gestão, organização e crer nos objetivos imediatos e futuros.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 25, 26 e 27 de novembro de 2015, delibera:

- 1 - Manifestar reconhecimento e elogiar a excelente carreira desportiva do piloto almadense Miguel Oliveira.
- 2 - Saudar o piloto Miguel Oliveira por se ter sagrado vice-campeão do Mundo na categoria de Moto3, prestigiando assim o Município de Almada e Portugal.”

#### **7.4.2.2 - Moção/Saudação aos judocas Telma Monteiro e Célio Dias**

A judoca Telma Monteiro e o judoca Célio Dias estiveram em destaque no Grand Slam de Paris, disputado a 18 de outubro, onde obtiveram as medalhas de ouro (-57kg) e bronze (-90kg), respetivamente.

Ambos com o seu percurso na modalidade iniciado no Clube Construções Norte-Sul, sediado na freguesia de Feijó, começaram desde então a revelar bem cedo a suas aptidões desportivas com reconhecidos resultados nas provas nacionais dos escalões de formação.

Os judocas, que representam atualmente o Sport Lisboa e Benfica, tem um currículo notável, do qual se destacam as presenças em Jogos Olímpicos, diversas conquistas à escala mundial e europeia e resultados de mérito em Open`s, Masters, Taças da Europa e do Mundo, Grand Slam e Grand Prix, provas de prestígio organizadas nos circuitos internacionais da modalidade.

Companheiros de treino, Telma Monteiro e Célio Dias preparam a participação nos XXXI Jogos Olímpicos de Verão que ocorrerão no Rio de Janeiro, afirmando a sua dedicação ao treino, espírito empenhado na aplicação de metodologias de alto rendimento e mentalidade vencedora para alcançar do outro lado do Atlântico os seus mais ambicionados objetivos. É também esse o desejo do Concelho de Almada, como certamente de todos os portugueses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 25, 26 e 27 de novembro de 2015, delibera:



- 1 - Manifestar reconhecimento e elogiar a excelente carreira desportiva dos judocas almadenses Telma Monteiro e Célio Dias, que muito tem prestigiado o Município de Almada onde são considerados referências para os jovens praticantes da modalidade.
- 2 - Saudar os judocas Telma Monteiro e Célio Dias pelos recentes resultados alcançados, que engrandecem Portugal e são orgulho dos portugueses.”

**7.4.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Beatriz Ferreira (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre 25 de novembro de 1975

Cumprem-se, 40 anos sobre o 25 de Novembro de 1975, data em que terminou o período a que se designou de PREC (Processo Revolucionário Em Curso). A extrema-esquerda de então, com o apoio de algumas forças militares, tudo tentou para inverter o que se iniciou em 25 de Abril de 1974, procurando que o processo democrático não avançasse.

Para impedirem a implantação da democracia, a extrema-esquerda recorreu à violência, que durante um determinado período foi transversal a toda a sociedade, onde se assistiu ao confronto entre aqueles que queriam o totalitarismo e aqueles que defendiam as ideias pluralistas e humanistas.

Valeu a Portugal e aos Portugueses, o esforço dos militares, com especial destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes, apoiados pelos partidos democráticos, e de muitos outros cidadãos, que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia.

Caso essa vitória não tivesse sido alcançada, Portugal cairia sob a alçada de uma extrema-esquerda radical e violenta, caindo novamente numa ditadura.

A democracia continua ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que, em eleições livres, possa decidir em consciência a forma como pretende ser governado.

O PSD defende que tendo em conta tudo o que se passou no período logo após o 25 de Abril, e face aos acontecimentos que se seguiram, que o “25 de Novembro” tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória importa preservar e assinalar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de novembro de 2015, saúda todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, defenderam os ideais democráticos, pluralistas e humanistas, que permitiram que Portugal prosseguisse o processo democrático iniciado a 25 de Abril de 1974.”

**7.4.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Vanda Silva (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Convenção dos Direitos da Criança

Comemorou-se no passado dia 20 de novembro o 56º aniversário da aprovação da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por Portugal no dia 21-09-1990.



Infelizmente, em Portugal, os últimos anos têm sido marcados pela falta de respeito pela criança e pelos seus direitos, nomeadamente pelo aumento da pobreza e das desigualdades sociais, de que as crianças foram as principais vítimas.

O aumento da pobreza foi, aliás, objetivo confesso da política dos governos que agora cessam, aliado à valorização de práticas antigas de “caridadezinha”, em detrimento de políticas consistentes de afirmação dos direitos sociais e de apoio social.

Também as políticas educativas implementadas pelo governo de direita, inteiramente subordinadas às prioridades orçamentais, levaram a um aumento do insucesso e abandono escolares, que vinham a diminuir desde há muitos anos. Este governo, aliás, quebrou o consenso nacional relativamente ao combate ao abandono e insucesso escolares, que esteve na base da política seguida desde o 25 de abril por governos de diversas orientações políticas, cuja ação se traduziu na superação de parte significativa do deficit educativo e de qualificações que vêm condicionando o desenvolvimento do país desde o início do século XX.

A falta de respeito pelos direitos da criança, assim como pelos direitos laborais, que penalizaram gravemente a vida das famílias e dificultam a conciliação do trabalho com a vida familiar, tem conduzido a efeitos demográficos graves, nomeadamente a uma quebra acentuada de natalidade entre 2011 e 2015 (101 381 nascidos em 2010, para 82 367 em 2014);

Neste contexto negativo justifica-se que se assinala e valorize a aprovação pela Assembleia da República da possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, um passo importante na assunção plena dos seus direitos e na proteção das crianças.

Reunida a 25 de novembro de 2015, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

- Considerar prioritárias as políticas de defesa dos interesses da Criança, quer a nível municipal, quer a nível nacional;
- Exigir do poder central a adoção urgente de uma estratégia de real combate à pobreza, de novas políticas educativas promotoras do sucesso e da igualdade, assim como de políticas de saúde dirigidas especificamente às crianças.”

**7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre 13 de novembro em Paris

A 13 de novembro de 2015, a Europa e o Mundo assistiram atónitos aos atentados de Paris. Vários grupos concertados de terroristas do Daesh lançaram o terror junto ao Estádio Nacional, em restaurantes e esplanadas frequentadas por cidadãos anónimos, franceses e de muitas outras nacionalidades e, finalmente, na Sala de Espetáculos Bataclan, em que um público, predominantemente jovem, assistia a um espetáculo musical.

Das ações terroristas resultaram até agora 130 mortos e várias dezenas de feridos, muitos dos quais em estado grave.



Os atentados não visaram alvos políticos ou militares nem pretenderam atingir objetivos estratégicos.

Tiveram como única finalidade atingir cidadãos comuns e atentar contra o modo de vida aberto e cosmopolita que caracteriza a Europa e muitos outros países à volta do mundo.

As nossas sociedades são sociedades democráticas, não confencionais, multiculturais e respeitadoras da diferença.

Orgulhamo-nos de conciliar a liberdade e os direitos individuais com os imperativos de segurança próprios de um estado de direito.

E é exatamente este estilo de vida que afronta os extremistas do Daesh que, em nome de uma visão pseudo-religiosa que vem da noite dos tempos, intolerante e facciosa, não respeitam nem admitem os direitos e as liberdades dos outros.

O Concelho de Almada é um concelho em que a diversidade cultural e de origem, assim como o respeito pela diferença, são pedras de toque de uma realidade social que se vem construindo ao longo do tempo.

É portanto natural que se identifique com as vítimas, partilhe a sua dor e sua revolta.

Perante o horror não podemos ceder. É nosso dever coletivo responder à barbárie com a civilização e liberdade.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de novembro de 2015 na Freguesia da Trafaria, delibera:

1. Reafirmar os valores da liberdade, da solidariedade, da tolerância, da multiculturalidade e do cosmopolitismo, valores basilares da sociedade europeia, portuguesa e almadense.
2. Condenar a atuação injustificável dos terroristas e rejeitar qualquer cedência e intimidação perante a barbárie.
3. Solidarizar-se com o povo de Paris e com todas as vítimas dos atentados, que sofreram a agressão violenta e gratuita dos inimigos da liberdade e da vida.”

**7.4.6** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Margarida Carvalho - Presidente da União da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao XV Congresso da ANAFRE

Realizou-se nos passados nos dias 6 e 7 de novembro de o XV Congresso Nacional da Associação Nacional de Freguesias, ANAFRE, na Freguesia de São Sebastião, cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Região Autónoma dos Açores onde estiveram cerca de 865 delegados em representação das Juntas e Assembleias das Freguesias associadas da ANAFRE.

Sob o lema «Freguesia - Novos Desafios», foi um momento de grande importância para o Poder Local Democrático onde os eleitos locais analisaram a atividade desenvolvida pela



associação no biénio 2014-2015 e debateram o DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA apresentado pelo Conselho Diretivo que foi aprovado por larga maioria.

Foram apresentadas e debatidas pelo Congresso 15 Moções de diversa índole que constituíram o ponto de apoio e alavanca com que o Congresso fixou as linhas de orientação do trabalho do Conselho Diretivo da ANAFRE para o 2º biénio do Mandato (2016/2017).

Assim, foram retiradas as seguintes conclusões:

- Criação de um novo modelo de cooperação entre as Freguesias dos Açores que lhes permita o acesso direto a programas e fundos comunitários e a novos domínios da organização territorial e administrativa;
- Descentralização de competências clara e ajustada à realidade da sociedade portuguesa onde a partilha das competências entre Freguesias e Municípios se faça com respeito pelos valores da proximidade, da celeridade e da economia de meios e recursos;
- Criação de uma nova Lei das Finanças Locais que não ofenda os valores da autonomia local e a independência das instituições; que estabeleça um valor mínimo que garanta dignidade ao funcionamento dos seus Órgãos e permita o exercício isento das suas competências;
- Exigir o reforço da percentagem de participação das Freguesias nos impostos recolhidos pelo Estado, bem como a equiparação das Freguesias a outras Instituições para efeitos de IVA;
- Exigir que se adotem medidas legislativas necessárias a uma Reforma Territorial desejada e localmente aceite, de acordo com a vontade das populações e suas estruturas locais;
- Exigir seja revisto o Estatuto do Eleito Local e, nele, consignado o alargamento do regime de permanência aos Eleitos das Freguesias e a contagem do tempo de serviço público para efeitos de aposentação e atualização dos valores de abonos e compensações;
- Ver garantida a prestação de serviços públicos próximos das populações e respeitada a sua gratuidade;
- Ver garantidos os direitos dos trabalhadores, com eliminação de normas legislativas que condicionem a contratação de pessoal ou limitem os seus direitos, que eliminem a precariedade laboral e o congelamento das carreiras, não pondo em causa a autonomia das Freguesias;
- Que se expliquem e corrijam as injustiças e incorreções perpetradas pelas atuais medidas de pagamento ao SNS, evitando duplas tributações que causam constrangimentos enormes à gestão financeira das Freguesias;
- Manifestar a vontade de participação num processo de criação de regiões administrativas;
- Manifestar a necessidade das Freguesias poderem obter financiamentos de médio e longo prazo;
- Manifestar a necessidade dos Eleitos possuíam documento de identificação que comprove oficialmente o cargo que desempenham.



Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 25 de novembro de 2015 saúda:

- a) Todos os eleitos participantes no XV Congresso de afirmação, luta e esperança.
- b) As conclusões do XIV Congresso Nacional da Associação Nacional de Freguesias, ANAFRE, reafirmando-as e subscrevendo-as
- c) A união de esforços e vontades dos municípios e freguesias e seus eleitos na defesa do Poder Local Democrático.”

**7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Condenação do terrorismo e da guerra, pela paz e pela solidariedade entre os povos

Com consternação e choque, a população do Concelho de Almada tomou conhecimento da tragédia que teve lugar com os atentados terroristas que semearam a morte e o medo. Os hediondos crimes, como os que foram perpetrados em Paris no passado dia 13 (saldando-se em 130 mortos e mais de 30 feridos), bem como em Beirute, Líbano (matando 43 pessoas), ou na Universidade de Garissa, no Quênia (causando 147 mortos), colocam a premência de uma política de paz e de desanuviamento nas relações internacionais e do respeito pelo direito internacional, pondo fim às ingerências e agressões contra estados soberanos, desde logo na região do Médio Oriente.

O terrorismo, quaisquer que sejam as suas causas e objetivos proclamados, serve sempre os interesses mais reacionários, alimentando mais o ódio e criando condições para mais escaladas de guerra. A recorrente imposição de acrescidas medidas atentatórias de direitos e liberdades fundamentais e o incremento da escalada de ingerência e de guerra, como a realidade tem comprovado, tem alimentado o crescimento de forças racistas, xenófobas e fascistas e da sua ação de terror.

A resposta ao terrorismo passa por uma mudança de políticas por parte dos principais intervenientes. Por um lado, há que combater as suas mais profundas causas - políticas, económicas e sociais -, rejeitando novas agressões, novos ataques belicistas ou a construção de novos muros que impedem a fuga à pobreza, à guerra e à morte de milhares de refugiados dessas guerras de agressão com origem em políticas de domínio económico e financeiro e de saque dos recursos naturais. Por outro lado, é imprescindível exigir o cumprimento da Carta das Nações Unidas e das suas determinações, em respeito pelo direito internacional, pela soberania dos Estados, pelo direito à autodeterminação, pela defesa e afirmação dos valores da liberdade e pela igualdade de direitos dos povos. Finalmente, é indispensável exigir o fim do apoio político, financeiro e militar com que grupos extremistas contam por parte de grandes potências mundiais, usados para desestabilizar e agredir Estados



soberanos, nomeadamente na Síria e no Iraque, atentando contra a sua soberania, independência nacional e integridade territorial.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 25 de novembro de 2015, delibera:

1. Condenar veementemente os atentados ocorridos em Paris, bem como todas as ações extremistas que têm conduzido à morte de milhares de inocentes;
2. Manifestar às vítimas e seus familiares a sua consternação e sentimentos de pesar e expressar ao povo francês a sua solidariedade, bem como a todos os povos de estados soberanos vítimas do terrorismo e da guerra;
3. Afirmar e defender os valores da liberdade, da democracia e do respeito pelo direito internacional como princípios fundamentais que nenhuma escalada terrorista e belicista pode ameaçar.”

**7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes

Decorreu em Lisboa, no passado dia 7 de novembro, o Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, que reuniu centenas de dirigentes e ativistas associativos sob o lema “Associativismo Popular, uma força social com visão e com futuro!”

Este Congresso, preparado e organizado ao longo de quase todo o ano de 2015 num processo amplamente participado pelo Movimento Associativo a nível nacional, identificou 62 grandes temas que dizem respeito à atividade quotidiana das coletividades, associações e clubes, compilados nas “Teses Associativas” aprovadas pelo plenário do Congresso, e consubstanciadas no “Manifesto Associativo 2015 - Recomendações Estratégicas”, documento que sistematiza o amplo conjunto de recomendações saídas do Congresso.

Considerando:

- O papel histórico e atual desempenhado pelo Movimento Associativo Popular no Concelho de Almada, cujas sólidas raízes se espraiam por quase 170 anos da vida e da história dos Almadenses, na atividade permanente de centenas de coletividades, associações e clubes ao longo de todo esse período, destacando-se o papel de resistência ao regime fascista que desempenharam a grande maioria dessas associações, e, reconquistada a Democracia e a Liberdade, o papel que as mesmas associações, clubes e coletividades desempenharam e desempenham na construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais humana ao longo das últimas quatro décadas da História do nosso País.
- Que o Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes constituiu um momento significativo para a promoção de uma maior visibilidade e respeito pelo papel de extrema importância e significado que, reconhecidamente, cabe à prática do associativismo, e ao Movimento Associativo em particular, no que respeita ao desenvolvimento cultural, social e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

educacional dos portugueses e portuguesas, demonstrando a sua extraordinária vitalidade e capacidade de potenciar esse desenvolvimento junto das comunidades e das populações, e refletir sobre qual o modelo de associativismo e qual o papel que poderá desempenhar no futuro da sociedade portuguesa.

- A profunda ligação que se constrói e consolida diariamente entre o Movimento Associativo Popular e o Poder Local Democrático, através dos seus órgãos, nos quais se inscreve a Assembleia Municipal de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015, delibera:

1. Saudar vivamente a realização do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes realizado no passado dia 7 de novembro em Lisboa.
2. Expressar aos congressistas, dirigentes do movimento associativo, corpos sociais das associações, coletividades e clubes, e aos muitos e muitos milhares de associados e associadas em Almada e em todo o País, o mais sincero regozijo pelas conclusões retiradas dos trabalhos do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, expressas no Manifesto Associativo aprovado, as quais constituem um novo passo em direção à consolidação do papel e da intervenção deste movimento de cidadania e com profundas raízes populares, insubstituível no processo de construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais desenvolvida.
3. Expressar a todos os dirigentes e ativistas do Movimento Associativo Popular, em Almada e em todo o nosso País, toda a solidariedade, amizade e disponibilidade para prosseguir o caminho de consolidação e aprofundamento do papel que as coletividades, associações e clubes desempenham no desenvolvimento cultural, social e humano das comunidades onde se inserem.”

#### **7.4.9 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao VI Congresso Nacional da Rede Territorial das Cidades Educadoras Organizado pela Câmara Municipal no âmbito da Associação Portuguesa das Cidades Educadoras em que o nosso Município participa, realizou-se em Almada, entre os passados dias 11 e 13 de novembro, o VI Congresso Nacional da Rede Territorial das Cidades Educadoras.

O movimento das Cidades Educadoras teve origem em 1990, em Barcelona, com a realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, que aprovou a primeira versão da Carta das Cidades Educadoras, consagrando então os princípios e objetivos do movimento.

Na terceira edição daquele Congresso Internacional, realizada em 1994 na cidade italiana de Bolonha, foi formalmente constituída a Associação Internacional das Cidades Educadoras.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Atualmente perto de 500 cidades de 32 países de todos os continentes integram este movimento. Nele se inscreve igualmente a Rede Territorial Portuguesa, na qual participam mais de cinco dezenas de municípios.

O VI Congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras afirmou a consolidação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, entretanto objeto de duas revisões, em 1994 e 2004. Recolhendo contributos de 22 municípios participantes, proporcionou aos 500 congressistas inscritos um contacto mais estreito com 54 diferentes experiências concretizadas nos termos da Carta das Cidades Educadoras.

O tema adotado para este VI Congresso Nacional - Cidades Participadas Cidades Adaptadas(áveis) -, traduz com justeza os desafios atualmente colocados às cidades e às populações, e corresponde, igualmente com justeza, às convicções, valores e trabalho quotidiano que, em Almada como noutras paragens, vem sendo desenvolvido no sentido da construção de Cidade onde a diversidade, a integração e a coesão social sejam princípios e práticas basilares de comunidades, que reconhecem um lugar próprio a todos, e onde cada um tem um lugar.

O VI Congresso Nacional das Cidades Educadoras possibilitou a todos quantos nele participaram diretamente, e àqueles que contactem com as suas conclusões posteriormente, uma reflexão de grande importância e significado sobre as múltiplas questões que se colocam e se cruzam numa Cidade Educadora.

O Congresso partiu de uma iniludível realidade: o Poder Local Democrático, conquista da Revolução de Abril de 1974, tem-se revelado e assumido em Portugal, nas últimas quatro décadas e de forma inequívoca, como um dos principais pilares do processo de transformação democrática e de desenvolvimento em todas as áreas de atividade humana, muito particularmente no que às profundas transformações registadas no domínio da educação diz respeito, num processo de amplamente e ativamente participado, que muito deve honrar todos quantos intervêm no tecido social enquanto eleitos locais e legítimos representantes das populações e dos seus anseios.

Almada assume desde o primeiro momento deste movimento nacional, o seu compromisso de honra com os valores e os princípios que dão forma à construção de uma Cidade Educadora, num processo contínuo assente na participação efetiva nas múltiplas atividades, centrado na preservação da identidade cultural e territorial, no investimento no potencial humano, apoiando e promovendo o associativismo, o diálogo intercultural, a ação solidária e o intercâmbio geracional, social e cultural, enquanto formas de valorização do ser humano, promotor de participação alargada na descoberta de novos caminhos e novas experiências educacionais.

O Congresso reafirmou, assim, a Cidade Educadora genuinamente comprometida com a democracia participativa, promotora do bem-estar dos seus cidadãos, assumindo a construção de uma cidade da liberdade, da equidade e da inclusão.



Reafirmou igualmente a participação ativa e a adaptação crítica como componente essencial do currículo educativo, assumindo o compromisso de criar as condições necessárias à permanente construção da cidade pelos próprios cidadãos, e à possibilidade de os cidadãos se transformarem a si próprios ao transformar a cidade.

Estes princípios que constituem os alicerces fundadores do Movimento das Cidades Educadoras ganham ainda maior urgência e acuidade nos tempos de incerteza em que vivemos ao nível da cidade, do país e do planeta. Hoje mais do que nunca, a participação, a adaptação e a educação para a cidadania são os valores a promover e as práticas a concretizar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 25, 26 e 27 de novembro de 2015, delibera:

1. Congratular-se pela realização em Almada do VI Congresso Nacional da Rede Territorial das Cidades Educadoras.
2. Saudar vivamente os participantes, congressistas e oradores, pelos importantes contributos para o aprofundamento dos valores e princípios fundadores do Movimento das Cidades Educadoras, fortemente enraizados na defesa da Liberdade e da Democracia, enquanto fatores indispensáveis e insubstituíveis na construção de uma cidade e uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais desenvolvida.
3. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela organização deste Congresso no território do nosso Concelho, traduzindo os passos largos que Almada vem dando desde há longo tempo no sentido da consolidação das condições para a construção da Cidade Educadora que nos orgulhamos de ser.”

**7.4.10** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As Moções estão distribuídas, são do conhecimento de cada bancada, apenas para dar conhecimento aos munícipes que o CDS apresentou duas Moções, uma delas tem a ver com as condições de acesso à Academia de Música de Almada, na Sobreda e a outra é uma Saudação ao jovem piloto Miguel Oliveira.

**7.4.10.1** - Moção/Deliberação sobre Condições de acesso à Escola de Música de Almada

A Academia de Música de Almada é uma instituição de ensino com autorização do Ministério da Educação para lecionar aulas na especialização de música tendo autonomia pedagógica nos cursos básico e secundário o que permite desta forma a certificação oficial dos cursos aos alunos que frequentem a Academia de Música de Almada terminando os seus estudos com equivalência ao Conservatório Nacional.

Com um corpo docente devidamente habilitado para lecionar as matérias de ensino nas áreas da música, a Academia de Música de Almada funciona neste momento nas instalações recuperadas e remodeladas (Solar dos Zagallos - Sobreda) pela câmara de Almada para que



alunos e docentes possam ter melhores condições de estudo e aprendizagem durante o ano letivo.

Todavia, apesar da melhoria substancial das condições no seu interior, as condições exteriores à escola necessitam de um cuidado redobrado para que o acesso se possa efetuar nas melhores condições quer em segurança quer em comodidade.

Assim sendo, os acessos à escola, por exemplo, pelo Largo António José Piano Júnior, isto é, pelos jardins do Solar, à noite carecem de iluminação o que torna muito inseguro o percurso por esta via que acaba por ser o acesso mais viável para os alunos que utilizam os transportes públicos.

Por outro lado, nos acessos à escola feito através de viatura privada ou também de transportes públicos pela Rua Luís Teixeira ou ainda pela Rua Quinta da Francesa, denotam-se também insuficiências ou mesmo ausência de iluminação que possa garantir a total segurança de quem necessita usufruir das instalações da escola.

Verifica-se também no mesmo percurso a degradação considerável das vias de acesso tendo em conta que atravessam campos agrícolas o torna as mesmas em época de chuvas de dificuldade de acesso bastante acrescido e com poucas condições de segurança.

Acresce ainda a não existência de qualquer parque de estacionamento condigno e com espaço suficiente para que a comunidade escolar possa ter condições adequadas para a utilização de transporte aquando da frequência e da utilização das instalações da Academia de Música de Almada

Em suma, a segurança de alunos e corpo docente está posta em causa tendo em conta que são alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos, colocando ao mesmo tempo em causa a segurança das viaturas que acedem à escola.

Assim, tendo em consideração as preocupações acima manifestadas a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015 na localidade da Trafaria delibera:

- 1- Manifestar preocupação no que diz respeito às condições de acesso de alunos, professores, encarregados de educação e pessoal auxiliar às instalações da Escola de Música de Almada situada na Sobreira.
- 2- Defender que sejam criadas todas as condições de segurança e de comodidade nos acessos à Escola de Música de Almada nomeadamente as que digam respeito à falta de iluminação no seu percurso, à degradação das vias de acesso, tal como a criação de um parque de estacionamento em conformidade com a utilização segura de viaturas que pretendam aceder à escola de música.”

#### **7.4.10.2 - Moção/Saudação a Miguel Oliveira**

Foi em Valência no Grande Prémio da Comunidade que Miguel Oliveira piloto de Moto3 alcançou a proeza de se sagrar vice-campeão mundial em motociclismo.



Depois de vencer na Holanda, Aragão, Malásia, Austrália e Itália Miguel Oliveira precisou apenas de mais uma vitória para alcançar o lugar de vice-campeão tudo isto, resultado de uma dedicação, uma força e uma convicção inabalável.

Com este feito Miguel Oliveira irá na próxima época correr em Moto2 o que é um enorme orgulho para todo o desporto nacional e também para Almada cidade de Miguel Oliveira.

Posto isto, sendo Almada uma cidade virada para a fomentação e pratica desportiva e reconhecendo em simultâneo as capacidades extraordinárias do jovem piloto Miguel Oliveira no que diz respeito à sua entrega, ao seu talento e à sua prestação na modalidade pelo mesmo praticada, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015 na localidade da Trafaria saúda o piloto almadense Miguel Oliveira felicitando o mesmo pelo título de vice-campeão alcançado na modalidade de Moto3 orgulhando-se a cidade pelo mesmo feito.”

**7.4.11 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Participação de Almada na COP-21 - Conferência das partes das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

A 21<sup>a</sup> Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 21) e a 11<sup>a</sup> Sessão da Reunião das Partes do Protocolo de Quioto de 1997 vão decorrer em Paris, entre 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015.

Governos centrais e locais de todo o mundo reúnem-se, sob a égide nas Nações Unidas, tendo como objetivo central alcançar um novo acordo global sobre o clima, capaz de vincular com força jurídica todas as nações do mundo, prosseguindo dessa forma o Protocolo de Quioto cuja vigência terminou em 2012.

O Protocolo de Quioto constituiu um marco determinante no reconhecimento dos importantes impactos que as atividades humanas representam no que respeita à mudança global do clima da Terra.

Mais importante do que esse mero reconhecimento, o Protocolo de Quioto representou a assunção, por parte dos governos mundiais, da premente necessidade de minimizar esses impactos, única via para assegurar a sobrevivência das diferentes e múltiplas formas de vida que conhecemos no nosso planeta.

Vários governos de países com significativo peso e importância económica e industrial em termos internacionais, não ratificaram no entanto o Protocolo de Quioto, facto que redundou na perda de eficácia dos seus pressupostos.

Desde 2009, as Nações Unidas têm vindo a tentar estabelecer uma nova plataforma de entendimento no que respeita às alterações climáticas, num esforço que vem mobilizando os representantes dos 195 Estados da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que preparam o texto comum que será votado em Paris no início de Dezembro.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

As negociações intergovernamentais têm envolvido igualmente as autarquias locais, reconhecendo a importância dos contributos locais na transição para uma sociedade de baixo carbono e na promoção da resiliência dos territórios às alterações climáticas. É hoje reconhecido por todos que apenas estimulando e conquistando o envolvimento dos municípios, das estruturas do Poder Local, será possível atingir um acordo climático global abrangente.

A participação das cidades e regiões na COP 21 ocorrerá sob a égide do ICLEI, uma associação mundial de cidades em que Almada participa, que é a entidade promotora do Pavilhão das Cidades e Regiões dedicado à apresentação e de projetos das cidades no domínio das alterações climáticas.

Neste quadro, será votado pelas cidades um documento de princípio comum, que traduzirá um roteiro local para as alterações climáticas, que será entregue ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Os municípios e regiões subscritores deste documento acreditam que a sua importância e significado justificam plenamente que o seu conteúdo e contributos sejam incorporados no acordo global final da Conferência.

Entre as iniciativas que decorrerão no Pavilhão das Cidades e Regiões, destaca-se o Programa das Ações Transformadoras. O Município de Almada apresentou a candidatura do projeto MultiAdapt - Projetos de adaptação multifuncional para lidar em simultâneo diferentes vulnerabilidades, com enfoque na regulação de cheias, amenização microclimática e segurança alimentar para apresentação neste programa em Paris.

O conceito combina hortas urbanas, bacias de retenção e restauração ecológica de linhas de água, resultando em relevantes sinergias ao nível da promoção da infiltração em profundidade, controlo de cheias e produção hortícola biológica local, restabelecimento de continuidades ecológicas, bem como amenização dos efeitos de ilha de calor urbana.

Foram várias as centenas de projetos candidatos a este programa. O projeto apresentado pelo Município de Almada foi considerado entre os 20 melhores projetos em todo o mundo, e foi selecionado para apresentação ao conjunto de entidades internacionais presentes em Paris.

Simultaneamente, o Presidente da Câmara Municipal de Almada foi convidado para representar o Município na Cimeira do Clima para líderes locais, participando nesta iniciativa ao lado de outros 35 presidentes de câmaras municipais e regiões de todo o mundo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 25, 26 e 27 de novembro de 2015, delibera:

1. Sublinhar a importância da realização em Paris da 21ª Conferência das Partes sobre as Alterações Climáticas.
2. Expressar o vivo desejo de que possam sair desta cimeira de nível mundial, os acordos necessários e objetivos capazes de vincular todos os estados do mundo ao objetivo essencial de redução dos fatores e impactos da atividade humana, que determina as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

alterações climáticas e são suscetíveis de colocar em risco a sobrevivência no planeta comum que habitamos.

3. Saudar vivamente a escolha do projeto MultiAdapt, promovido pela Câmara Municipal de Almada, para apresentação no Pavilhão das Cidades e Regiões como um dos 20 projetos mundiais mais significativos relativamente à procura de respostas adequadas aos desafios que as alterações climáticas colocam a toda a Humanidade.”

#### 7.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Jovens comunistas alvos de ação antidemocrática

No passado dia 13 de novembro, dois militantes da Juventude Comunista Portuguesa encontravam-se a dinamizar uma ação de propaganda de afirmação do 36º aniversário da Juventude Comunista Portuguesa na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, ou seja, uma ação de propaganda política num local público.

Perante esta iniciativa, os militantes comunistas foram alvo da ação abusiva e ilegal por parte da GNR, tendo sido indevidamente abordados, revistados, algemados, detidos e levados para a esquadra. Salieta-se igualmente a conivência da Direção da FCT/UNL em todo este procedimento e também na iniciativa de chamar as forças de autoridade para impedir o exercício de um direito.

Referir que este é mais um entre tantos outros casos que têm ocorrido com vários jovens em escolas, locais de trabalho e outros espaços, em contextos em que dinamizam seja ações de propaganda política, seja no âmbito do direito de reunião, associação, organização ou manifestação, direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa conquistados pelo povo português na luta pela liberdade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 25, 26 e 27 de novembro de 2015 delibera:

1. Condenar todas estas ações de claro ataque às liberdades e direitos democráticos, e em particular esta atuação das forças da autoridade que partindo de ordens da Direção da FCT/UNL, mais não pretendem que intimidar e limitar a ação política da juventude que se organiza e age em defesa dos seus direitos.
2. Saudar os milhares de jovens que todos os dias, debaixo de enormes pressões e chantagem, não abdicam dos seus direitos e os exercem. Reafirmando a defesa dos valores da democracia que foram duramente conquistados com a Revolução de Abril e repudia todas as ações antidemocráticas que atentem contra os direitos da juventude.”

7.5 - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, António Pedro Maco, Carlos Guedes, Nuno Matias e Luísa Ramos.

#### 7.5.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para me pronunciar sobre os textos que estão em apreciação.

O primeiro texto, intervenção urgente no muro da Escola Fernão Mendes Pinto, votaremos a favor.

Há uma situação de emergência, não é aceitável que essa situação de emergência não tenha resposta adequada.

Votaremos a favor da Moção/Saudação ao piloto Miguel Oliveira, assim como a Saudação aos judocas Telma Monteiro e Célio Dias.

Sobre a Moção do 25 de novembro, é necessário fazer algumas considerações para colocar em devido contexto esta Moção. Quando se refere às pessoas, muitas vezes dizemos que a pessoa é ela própria e a sua circunstância, o seu contexto. E o texto que é produto das pessoas também é ele próprio e a sua circunstância. Ora, qual é a circunstância desta Moção? A circunstância desta Moção é aquela que é percebida quando nós sabemos que o PSD por costume defende que a Assembleia Municipal não se deve pronunciar sobre estas matérias que não são matérias do Concelho. E que também o PSD nos anos anteriores nunca apresentou uma Moção sobre esta matéria. Portanto, qual é a circunstância desta Moção? A circunstância desta Moção é a chicana política, e se a circunstância desta Moção é a chicana política, é a tentativa de voltar uns contra outros, aqueles Deputados Municipais que aqui estão e que pertencem às forças políticas que construíram na Assembleia da República uma alternativa para o Governo do País, se essa é a circunstância nós não podemos estar a favor, independentemente de considerarmos que o 25 de novembro é um acontecimento que tem um peso histórico e uma importância relevante, embora o acontecimento não se resuma a este relato. Eu penso que ao contrário do que muitos pensam, o que caracterizou o 25 de novembro não foi uma batalha de coragem e de sangue, pelo contrário, o que caracterizou o 25 de novembro não foi uma batalha sangüinária, que não existiu, houve alguns afrontamentos, mas o que me parece que foi essencial no 25 de novembro, foi uma resposta que os vários setores políticos deram no sentido de desarmadilhar uma situação que a evoluir no sentido do confronto teria de facto consequências muito graves. E portanto, quando se fala do 25 de novembro eu penso que entre outros aspetos há que realçar o papel de todos aqueles que nos vários setores políticos se empenharam no sentido de desmobilizar as ações militares e criarem as condições para que o País pudesse evoluir no sentido da consolidação da democracia, de uma democracia inclusiva e em que todos têm lugar. Aliás, um dos protagonistas do 25 de novembro, o antigo Presidente da República Ramalho Eanes, pronunciando-se sobre esta matéria disse que entendia que o 25 de novembro sendo um acontecimento que está associado a uma fratura da sociedade portuguesa, não é um acontecimento para se comemorar, é um acontecimento para se refletir sobre ele. E portanto, o apelo que nós fazemos é, que o PSD e todos nós



reflitamos sobre como é que podemos contribuir para que o País se mobilize, se galvanize, responda aos seus problemas de forma coesa e solidária, que é isso que está em causa neste momento como esteve em causa em 1975.

Convenção dos Direitos da Criança. Nós entendemos que é importante sublinhar a necessidade, avançarmos e valorizarmos as políticas que protegem e promovem os direitos da criança, é esse o sentido do nosso texto que está à consideração.

Sobre o 13 de novembro em Paris, dispenso-me de mais comentários, é a afirmação dos valores que entendemos que são importantes sublinhar nesta circunstância.

Saudação ao XV Congresso Nacional da ANAFRE. Associamo-nos à iniciativa, votaremos a favor.

Quanto ao texto seguinte sobre a condenação do terrorismo e da guerra, pela paz e pela solidariedade dos povos, de facto como se disse noutras circunstância, o PS e a CDU não têm uma leitura do mundo coincidente e devemos assumir as diferenças quando elas existem, e aqui há uma diferença, no entanto entendemos que com a compreensão do Sr. Presidente que na altura porá à votação apenas a parte resolutiva, nós votaremos a parte resolutiva e não nos pronunciaremos e não nos associamos obviamente aos considerandos do texto.

Votaremos a favor também da Saudação ao Congresso Nacional das Coletividades, à Saudação à rede territorial das Cidades Educadoras.

Quanto à Moção sobre as condições de acesso à Escola de Música de Almada, eu penso que se há aspetos que devem ser melhorados, que sejam melhorados. Agora, é preciso perceber quais é que são os principais problemas com que se defronta a Escola de Música de Almada. A Escola de Música de Almada e a população de Almada confrontam-se com um problema que foi um corte sério de financiamento que impediu que os alunos de Almada que gostavam de frequentar o ensino articulado da música o pudessem fazer. E portanto, é isso que está essencialmente em causa, o resto é fácil de resolver e se há aspetos que devam ser resolvidos fazemos um apelo à Câmara no sentido de que o resolva, agora não podemos é confundir as coisas que são importantes, com os aspetos que são menos importantes.

Moção/Saudação de Miguel Oliveira, votaremos a favor desta Moção, também assim como da seguinte, da participação de Almada na COP21.

Depois temos um último aspeto que, atrevo-me a dizer que preferia que não tivesse sido apresentado este texto. Este texto é um texto que põe em causa uma entidade que existe no nosso Concelho e que é uma entidade que merece, que é valorizada em termos autárquicos, que é a FCT/UNL. Eu não ponho em causa que tenha havido eventualmente ou certamente estão relatados problemas com ações da JCP. Agora, nós vivemos num estado de direito, se há problemas com o exercício das liberdades políticas pela JCP, num estado de direito aquilo que se deve fazer é agir junto das entidades responsáveis e em último caso junto dos tribunais, é isso que deve ser feito. Agora, perante um relato unilateral, Assembleia Municipal



que representa a população de Almada pronunciar-se de forma a que põe em causa a direção da FCT, não consideramos que isso seja possível e aceitável e portanto não vamos associar-nos a esta Moção.”

**7.5.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para deixar algumas considerações relativamente aos documentos apresentados por cada Grupo Municipal.

Eu vou começar por esta Moção que foi aqui falada relativamente à situação alegadamente se terá passado com os jovens comunistas numa ação de campanha. Como é evidente o CDS-PP é contra qualquer tipo de abuso que seja praticado ou pelas forças policiais ou qualquer outro tipo de entidade que ponha em causa as liberdades, os direitos e garantias de qualquer que seja o cidadão, ainda mais se estiveram a exercer o seu direito cívico e político. Agora, quer dizer, isto é uma Moção que nos aparece aqui assim, não temos contraditório, não estivemos lá, não sabemos, temos apenas aqui a indicação, fazem-se aqui considerações por parte da força policial, de qualquer forma vamo-nos abster nesta mesma situação, até porque não queremos que aconteça aos jovens do CDS-PP, como também não queremos que aconteça a outras entidades, nomeadamente algumas entidades públicas possam castrar, digamos assim, esses direitos cívicos que é o direito de participação política dos jovens.

Depois, relativamente à Moção que condena o terrorismo e o que se passou em Paris. Como é evidente nesta questão também o CDS-PP condena todo o tipo de atrocidades que sejam feitas aos povos e à sua liberdade, a sua forma de vida e neste caso à forma ocidental de viver, que é aquilo que também está em causa. Agora, é uma Moção que nos parece aqui usando novamente a palavra um pouco sectária, porque esquece-se aqui alguns pormenores. Fala-se contra o terrorismo, muito bem, somos contra, mas também fala de xenofobias, fascismo, racismo, enfim podemos acrescentar a esta mesma Moção também algum terrorismo, algumas atrocidades que são cometidas por aí fora como já sabem, fala-se aqui em muros, enfim acho que não é preciso também dizer mais nada. Relativamente à mesma Moção fala-se aqui também de ingerência relativamente ao saque de recursos naturais, isto faz-me lembrar um País chamado Ucrânia, enfim neste momento é vítima, se calhar também de saques e de abuso e de ingerências, sendo um Estado também soberano.

Portanto se calhar também falta aqui nesta Moção. Portanto, esta Moção o CDS-PP independentemente de condenar tudo o que se passou em França de condenar o Estado Islâmico e por aí fora, vai votar contra bem ao contrário da Moção do Partido Socialista.

Relativamente à Saudação ao Congresso da ANAFRE, o CDS-PP irá votar contra.

Irá votar a favor relativamente às Moções Saudações a Telma Monteiro e a Saudação de Miguel Oliveira e portanto relativamente às restantes Moções da CDU, o CDS-PP irá também votar a favor.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Depois, como já dei a indicação o CDS-PP irá votar a favor da Moção contra o terrorismo da parte do Partido Socialista e irá votar contra a Moção da Convenção dos Direitos da Criança, não como é evidente que seja contra os Direitos da Criança, mas sim, aliás eu acho curioso o Sr. Deputado do PS fez aqui a intervenção relativamente à Moção do CDS-PP, das condições de acesso, se calhar não leu esta parte aqui, que a Escola é frequentada por alunos dos cinco aos doze anos de idade e portanto está preocupado com os Direitos da Criança, mas depois acha, como aqui foi dito que é uma questão minimalista, digamos assim, e está mais preocupado com os subsídios que vêm, também são importantes como é óbvio, mas portanto, não está preocupado com o acesso a segurança e comodidade das crianças e dos encarregados de educação nesta mesma escola.

Em relação à Moção do 25 de novembro, iremos como é óbvio votar a favor, ainda por mais neste dia tão simbólico, eu sei que alguns não gostam, mas a democracia é mesmo assim, a democracia e a liberdade é tão bonita que esses mesmos partidos que o povo rejeitou na altura e continua a rejeitar hoje, estão aqui connosco democraticamente a debatermos ideias. Portanto, a democracia é bonita, o 25 de Abril foi bonito e o 25 de novembro também foi bonito.

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda, iremos votar a favor, aliás foi também uma preocupação manifestada pelo CDS-PP o qual deu conta também do Governo, aliás esperamos e com certeza desta vez, com esta nova troika todos os problemas do País vão ficar resolvidos. Eu gostaria de saber é depois quando vierem nomeadamente por parte de alguns partidos a tal ingerência vinda de Bruxelas quer ver depois como é que vão resolver a situação. Mas isso portanto, estamos cá serenamente para ver depois o que se passa.

Em relação à Moção do CDS-PP, a Saudação a Miguel Oliveira o jovem piloto de Almada, eu penso que, aliás o CDS-PP junta-se também à Moção apresentada pela CDU, os judocas também de Almada, entendemos que é uma Moção importante, Almada deve continuar a ser uma cidade que promove o desporto e Sr. Presidente eu apelaria aqui neste caso inclusivamente e enfim tem a ver e mostrarmos aqui um pouco do que falamos nas nossas reuniões, que tem a ver com a fixação dos jovens e com alguma dificuldade que alguns jovens têm em terem estas atividades paralelas, digamos assim, à sua atividade de ensino. Chegamos a falar relativamente às questões das bibliotecas e aquilo que nós solicitamos é que o Sr. Presidente continue a promover este tipo de ajudas, digamos assim, para fixar estes jovens também a nível do Concelho que têm tido sucesso quer a nível nacional, quer a nível internacional, e visto que a modalidade é uma modalidade que comporta neste caso Miguel Oliveira, é uma modalidade que comporta alguns custos e apelamos também aqui Sr. Presidente que possa pensar mais para a frente em que possa existir por exemplo uma pista de motocross com todas as condições, uma pista de motocross oficial que possa também ter



as condições para que mais jovens, porque isto é atrair também pessoas para o Concelho, caso possa não ter percebido.”

**7.5.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente todas as Moções à exceção do documento nº 5, sobre o 25 de novembro. Haveria muita coisa a dizer sobre isto, mas quanto a ajuste de contas eu creio que os últimos quatro anos falaram por si, foram vários os ajustes de contas com o 25 de Abril. O PSD tentou hoje aqui fazer mais um, usa e abusa da expressão extrema esquerda nunca efetivando a quem de facto se refere, brinca com a memória de quem lutou contra uma ditadura que durou quarenta e oito anos, eu diria quase que enxovalhando essa memória dedicando-lhes palavras como onde se assistiu ao confronto entre aqueles que queriam o totalitarismo e aqueles que defendiam as ideias pluralistas e humanistas, valeu a Portugal e aos portugueses o esforço dos militares, com destaque para Jaime Neves, vejam bem, Jaime Neves, caso essa vitória tivesse sido alcançada Portugal cairia sobre a alçada de uma extrema esquerda radical e violenta, caindo novamente numa ditadura. Felizmente nada disso aconteceu apesar de no dia dois de abril de 1976 o Padre Max e a Maria de Lurdes terem sido assassinados em Vila Real e todos nós sabemos que não foi por nenhum partido de extrema esquerda, todos nós sabemos as ligações do Cónego Melo a alguns outros atentados perpetrados pelo ELP, pelo MDLP do Alpoim Galvão, todos nós sabemos das represálias e dos saneamentos exercidos nos quartéis logo após o 25 de novembro sobre os milicianos, todos nós sabemos dos assaltos às sedes dos partidos de esquerda antes e algumas depois do 25 de novembro, muitas dessas sedes vandalizadas e incendiadas. Todos nós sabemos que a história não se passou assim, não se passou da forma que aqui está escrita, e para ajustes de contas nós não estamos disponíveis nem estaremos nunca. Estaremos cá sempre para defender os ideais de Abril pelos quais muitas e muitos de nós, muitas e muitos de nós de quem nós nos orgulhamos lutaram para que hoje aqui pudéssemos estar a dizer isto e para que hoje aqui todos em democracia pudéssemos olhar nos olhos uns dos outros e dizermos que não. O que aqui está não é verdade, o que aqui está é falso, muito do que aqui está enche-me a mim de vergonha e devia-vos encher a vocês também.”

**7.5.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar e de forma telegráfica e antes de fazer alguns considerandos um pouco mais extensos sobre um ou outro documento e uma ou outra intervenção e em relação à Moção do Bloco de Esquerda sobre a Escola Fernão Mendes Pinto iremos votar favoravelmente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação à Saudação sobre o Piloto Miguel Oliveira, iremos votar favoravelmente, bem como as Saudações à judoca Telma Monteiro e Célio Dias.

Em relação à Moção do Partido Socialista sobre a Convenção dos Direitos da Criança, mais uma vez somos confrontados nesta Assembleia com aquilo que eu diria que é pegar numa efemérida importante e pontapear com argumentos falsos desrespeitosos e que ao fim ao cabo desmentem a boa intenção que é aquilo que é um dia que realmente deve ser evocado, o respeito que realmente deve existir, mas eu diria que não há maior desrespeito pelas crianças quando temos Governos e não é preciso ir muito atrás que fazem dívida para essas crianças que daqui a uns anos terem que pagar e por isso pior do que isso também é quando temos o aproveitamento que se faz num documento como aqui aparece em que diz, vejam só nos últimos quatro anos houve um aumento do abandono escolar, eu aconselhava a irem ver os dados oficiais para perceberem que afinal não é assim como aqui procuram apresentar. E portanto, como é óbvio não acompanhamos a forma perfeitamente desonesta como é apresentado este documento que deveria fazer pensar porque é que se utilizam as comemorações para fazer este tipo de mensagem, eu diria apenas partidária para não dizer muito pouco nivelada pelo nível que deveria existir num órgão municipal como aquele que estamos aqui investidos de responsabilidades.

Em relação aos atentados de Paris iremos votar favoravelmente a Moção do Partido Socialista, sendo certo que também em relação à Moção da CDU sobre o terrorismo iremos votar favoravelmente, apesar de também não subscrevermos na integra os considerandos, mas entendemos que há questões que nos unem, questões de desenvolvimento das sociedades democráticas modernas onde o respeito pelo próximo deve ser pilar da nossa forma de estar em sociedade, mas apesar disso não podemos subscrever todos os considerandos.

Deixar claro que em relação ao documento 10º das Coletividades também iremos votar favoravelmente bem como a questão do Congresso das Cidades Educadoras. Iremos votar também favoravelmente o documento do CDS sobre a Escola de Música de Almada bem como a Saudação ao Piloto Miguel Oliveira.

Em relação ao documento 14º, sobre Conferência do Clima iremos também votar favoravelmente.

Em relação ao documento 15º é também um documento que eu penso que nos deve fazer pensar sobre a apresentação deste tipo de documentos. Eu confesso que não sei o que é que se passou, não sei o que é que se passou. Qualquer organização política que seja impedida nos termos legais de fazer a sua ação prevista do ponto de vista legal e da Constituição, deve ser alvo de crítica. Agora eu não sei se aquilo que aqui é descrito consignou alguma ação menos correta por parte das forças policiais, ou se a ação policial foi resposta a algum desrespeito legal pela ação política. Porque a ação política faz-se em



liberdade, mas essa liberdade está balizada pelos limites legais. A ação política não tem arbitrariedade de poder ser feita de qualquer maneira em qualquer sítio e conforme for a vontade a cada momento. Portanto eu não sei o que é que se passou, nem nós sabemos o que é que se passou, e penso que, acho que também nos devíamos do ponto de vista pedagógico habituar a trazer a esta Assembleia documentos devidamente fundamentados para que todos nós possamos ter a informação completa. Eu confesso que não sabendo e a bancada do PSD não sabendo, nos iremos abster por uma questão de honestidade, porque se houve intervenção policial ao arrepio da Lei perante uma ação legítima, é condenável, mas nós não sabemos se assim foi, nem temos informação completa sobre o sucedido.

Termino com a questão do 25 de novembro para não fugir ao tema. Nós não estamos aqui num dia qualquer, por acaso hoje é dia 25 de novembro e por acaso sendo o dia 25 de novembro foi entendimento do Partido Social Democrata apresentar um documento evocativo, como fez em vários locais do Distrito, do País e até na Assembleia da República. E fizemo-lo não ao arrepio daquilo que para nós é algo essencial que é trazer a esta Assembleia questões que tenham resposta no Órgão Autárquico, mas também porque entendemos que os órgãos autárquicos bem como o Órgão de Soberania Assembleia da República tem o dever, tem o direito e até em respeito à memória histórica do nosso País comemorar datas evocativas que são essenciais para afirmação daquilo que é um Portugal democrático, de um estado de direito e daquilo que são os valores que hoje em dia penso eu são transversais e pensamos nós são transversais à nossa sociedade. É certo que há partidos que fazem a sua interpretação da história, há partidos que têm a sua interpretação dos momentos e das responsabilidades de cada um em relação a esses momentos da história. Nós entendemos que o 25 de Abril foi muito relevante, mas o 25 de Abril não foi apenas o único momento em que o Portugal democrático se afirmou. E o 25 de Abril se calhar concretizou-se finalmente e de forma definitiva no 25 de novembro. E por isso apresentamos este documento, porque nós temos também memória, respeitamos a história e apesar de entendermos que a Assembleia Municipal de Almada não consegue ter solução para este problema, pode ter a afirmação de respeito histórico como tem em relação a outras efemérides e outros momentos históricos da nossa democracia é que nos devem honrar, porque se estamos aqui hoje de forma plural, respeitosa e respeitando a opinião do próximo, deve-se ao 25 de Abril, mas também se deve ao 25 de novembro que hoje estamos a viver e que devemos também comemorar.”

**7.5.5 - O Sr. Deputado Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós vamos votar favoravelmente todas as Moções, exceto sobre a Escola de Música, vamos abster. A questão que se coloca é, porque é que a Escola de Música teve que ir para aquele sítio, porque é que a Escola de Música teve que sair do piso de cima desta Coletividade, efetivamente só não votamos contra porque os acessos são maus. Mas a



questão de fundo é porque é que ela teve que ir para lá? E creio que o Sr. Deputado do CDS concordará comigo que ela foi para lá porque a alternativa era acabar, porque o que se pretendeu foi acabar com a Escola de Música, por força daquilo que o Sr. Ministro da Educação Nuno Crato fez. Não vale a pena dizer mais. E portanto, só porque é verdade que os acessos e a Câmara está disponível para arranjar, já que arranjou também instalações também pode obviamente cooperar para isso. Agora, não sejamos hipócritas e não se venha dizer que parece que a Escola de Música esteve lá desde sempre e não esteve, parece que a Escola de Música foi obrigada a ir para lá, porque lhes apeteceu, não. Porque o Governo, o Sr. Ministro Nuno Crato criou as condições para que a Escola de Música não pudesse continuar e portanto vamo-nos abster.

E vamos votar contra a questão do 25 de novembro. Eu creio que nós temos que ter em atenção, nós CDU temos em atenção que fazer chicana política não é o nosso estilo, fazer chicana política não é a nossa predisposição e portanto não vamos alinhar com quem quer pôr no banco dos réus os obreiros do 25 de Abril, os lutadores pela liberdade, os que criaram as condições para que o povo português saísse da miséria, vivesse a liberdade e quando se fala na extrema esquerda eu não sei se os Srs. estão a pensar, provavelmente não lhes contaram a história, por quem apresentou esta Moção, não viveu os tempos conturbados de Almada e do Dr. Durão Barroso em Almada. E portanto, não sei se lhes faltou essa informação, porque provavelmente estão a pensar nos “durões barrocos” do PSD, na altura não eram do PSD e que só pode ser essa a situação. Nós acreditamos que o 25 de novembro hoje também é aproveitado, e atenção, atenção porque nós hoje estamos a viver perigos e novos perigos e novas ameaças. Não venham amanhã dizer que é preciso, felizmente hoje a democracia está mais consolidada e hoje o Povo português até pela experiência que teve, desastrosa do 25 de novembro, as consequências do 25 de novembro para as suas vidas percebem, estão alerta e sabem unir-se e organizar-se e defender a democracia. Sobre o 25 de novembro estamos conversados e não vamos aqui falar muito mais.

Já agora só uma nota sobre a nossa Moção sobre a repressão sobre a JCP. Eu acho que o argumento, não sabemos, não ouvimos, não sabemos se é verdade, cai por terra porque isto ontem foi distribuído a todos os Grupos Municipais, se alguém estivesse interessado em saber se era verdade, certamente teria feito qualquer contato no sentido de apurar a realidade e a verdade dos factos. Seja qual for a instituição, seja que importância tiver, eu creio que é perfeitamente uma desculpa de mau pagador, não se associar a uma condenação de uma intervenção policial seja ela onde for, pedida seja por quem for, sobre a liberdade de expressão e a liberdade de manifestação, pelo facto de não ter aqui se calhar o contraditório. Eu gostava de saber quais são as Moções que se aprovam contra coisa quando tem cá o contraditório, isto é inimaginável, isto são desculpas para não querer assumir as coisas.



Vivemos de facto tempos conturbados, vivemos de facto perigos para a democracia, seja lá quem for que os ponha em causa, a CDU não se calará.”

**7.5.6** - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, só para, e visto que o CDS-PP também alegou não ter estado presente nesta situação que a Moção da CDU acaba de descrever, eu pergunto à Sr.<sup>a</sup> Deputada porque é que nós devemos acreditar na CDU e não acreditar por exemplo na versão da GNR? Se realmente esta situação se passou, porque é que nós não deveremos acreditar que os jovens da CDU estavam a incorrer numa ilegalidade? Deixo a questão.”

**7.5.7** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente, porque há pouco não tive ocasião de deixar essa nota e penso que para efeitos da Ata convém.

Em relação à Convenção dos Direitos da Criança, e esta Moção apresentada pelo Partido Socialista, eu gostaria que constasse em Ata o seguinte dado estatístico. Taxa de abandono precoce de educação e formação, ou seja, a percentagem de homens ou mulheres entre os 18 e os 24 que deixou de estudar sem completar o ensino secundário, era em 2011 de 23%. Em 2014, e são dados do INE, passou e desceu, desceu para 17.4%. Eu gostava que constasse em Ata.”

**7.5.8** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma pequena nota em relação a esta Moção que causou tanta celeuma. Relativamente aos dados estatísticos que comprovam o que o PS afirma, esses dados estatísticos estão disponíveis no departamento de estatística do Ministério da Educação. E estão também disponíveis nos documentos do Conselho Nacional de Educação que é presidido por um académico que também tem um percurso político o Professor David Justino. Portanto, pode consultá-los. Agora o que me parece descabido, perdoe-me a qualificação, é vir dizer que os dados estatísticos não comprovam uma descida grande dos indicadores relativos às crianças, utilizando como indicador um indicador que não se reporta às crianças. Aliás, o Sr. Deputado Municipal acabou de dizer que se refere aos jovens entre os dezoito e vinte e quatro anos, eu repito, entre os dezoito e os vinte e quatro anos, que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a estudar. Ora, pretender usar esse argumento para contrariar o que é afirmado justamente na Moção do PS, é pelo menos muito curioso Sr. Deputado Municipal.”

**7.5.9** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;



Duas notas Srs. Deputados Municipais, primeiro para clarificar a questão colocada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão de que a introdução não se vota. Não tem sido assim até agora e basta lembrarmo-nos da Moção do Deputado Municipal António Maco relativamente à questão da Costa da Caparica, em que ficou apenas um parágrafo e o resto foi retirado, porque se votou precisamente tudo - introdução e parte deliberativa. O que é feito é, normalmente há uma tomada de posição em que um determinado Grupo, se assim o entender diz, não está de acordo com a introdução, mas vota a parte deliberativa, fica registado em Ata, se não, não era publicitado e o que é publicitado em Edital é toda a Moção, incluindo a introdução e eu não ia por minha autorrecriação, como calcula, meter a introdução se ela não tivesse aqui uma maioria pelo menos na Assembleia.

A outra nota que eu gostaria de sublinhar, porque eu considero muito interessante e muito importante, foi a intervenção do Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, não a intervenção no todo, porque isso não a qualifico, mas quando diz a questão dos eleitos autárquicos ou os autarcas eleitos. E eu sublinho isso porque considero importante que se comece a afirmar que a nossa diferença entre os demais é que nós somos autarcas eleitos, e autarcas são todos aqueles que estão na autarquia e a autarquia é o município ou a freguesia, e penso que isto que parece uma questão de semântica apenas, é extremamente importante do ponto de vista do sentimento de pertença do cidadão pela sua autarquia, pelo seu município ou pela sua freguesia.”

**7.5.10** - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente agradeço a possibilidade de clarificar o sentido da nota que referiu, o que se pretendia era se não houver obstáculo votar-se separadamente a parte resolutiva, mas se não for possível nós votamos a favor também.”

**7.6** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

**7.6.1** - A Moção/Deliberação “Intervenção urgente no muro da Escola Fernão Mendes Pinto, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.2** - A Moção/Saudação ao piloto Miguel Oliveira, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.3** - A Moção/Saudação aos judocas Telma Monteiro e Célio Dias, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.4** - A Moção sobre o 25 de novembro de 1975), apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Beatriz Ferreira, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e



- Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PS - Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro e Ind.), oito votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e nove abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).
- 7.6.5** - A Moção/Deliberação sobre Convenção dos Direitos da Criança, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Vanda Silva, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.6.6** - A Moção/Deliberação sobre 13 de novembro em Paris, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.7** - A Moção/Saudação ao XV Congresso da ANAFRE 2015, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Margarida Carvalho - Presidente da União da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.6.8** - A Moção/Deliberação de Condenação do terrorismo e da guerra, pela paz e pela solidariedade entre os povos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, foi votada por pontos e aprovada por maioria:
- 7.6.8.1** - Parte Introdutória foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do PSD).
- 7.6.8.2** - Parte Deliberativa foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.9** - A Moção/Saudação ao Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.10** - A Moção/Saudação ao VI Congresso Nacional da rede territorial das Cidades Educadoras, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.11** - A Moção/deliberação sobre condições de acesso à Escola de Música de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por maioria com nove votos a favor (de eleitos do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.) e vinte e oito abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da



- Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).
- 7.6.12** - A Moção/Saudação a Miguel Oliveira, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.13** - A Moção/Deliberação sobre Participação de Almada na COP21 - Conferência das partes das Nações Unidas e sobre Alterações Climáticas, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Silva, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.14** - A Moção/Deliberação sobre Jovens comunistas alvos de ação antidemocrática, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Silva, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do BE) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do CDS-PP e Ind.).
- 7.7** - Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Teresa Paula Coelho - Presidente da União da Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria.
- 7.7.1** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Teresa Paula Coelho - Presidente da União da Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal já distribuiu a todos os Deputados a iniciativa da Junta de Freguesia pela reabertura da extensão de saúde da Trafaria, assim sendo passo a ler apenas uma parte. “A Constituição da República Portuguesa fruto da Revolução de Abril de 1974, consagra a cobertura nacional eficiente de todo o País em termos de recursos humanos e unidades de saúde. No entanto o caminho percorrido tem sido o inverso com o encerramento de serviços diminuindo os horários de funcionamento das unidades de saúde, não procedendo aos necessários investimentos que permitam qualificar o Serviço Nacional de Saúde. Dentro destas medidas está o encerramento da extensão de saúde da Trafaria. Considerando que o acesso à saúde é um direito de todos os portugueses; considerando que a população da Trafaria maioritariamente envelhecida para usufruir dos serviços de saúde tem que se deslocar à Costa da Caparica; considerando que esta deslocação tem custos elevados, que muitas vezes são impeditivos de os doentes irem às consultas, nós exigimos do Ministério da Saúde que sejam tomadas as medidas necessárias para que seja colocado ao serviço da população da Trafaria a extensão de saúde encerrada em 2014”. E penso que todos têm conhecimento, mas caso não tenham, tenho aqui o abaixo-assinado e uma caneta para que se juntem a nós nesta recolha de assinaturas.”
- 8** - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.
- 8.1** - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXIX**).



**8.1.1** - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.

**8.1.1.1** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As nossas saudações e a manifestação da nossa satisfação por nos encontrarmos aqui na Trafaria para a realização desta Assembleia Municipal. Uma Saudação também à Sociedade Recreativa Musical Trafariense, na sede da qual nos encontramos, também manifestando a nossa satisfação pelo trabalho que aqui é feito em condições por vezes tão difíceis. Acabou a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta das Uniões de Freguesia da Trafaria e Caparica de se referir a um importante equipamento que deixou de aqui funcionar e a importância que possa novamente ser reaberto. É muito importante para a Trafaria, é muito importante para o Concelho de Almada que isso aconteça, que a Trafaria e a população da Trafaria esteja dotada dos meios necessários para que aqui se possa viver com qualidade. A Trafaria é hoje uma importante porta de entrada no nosso Concelho e nessa medida toda a atenção que possa ser dada à qualificação deste território é para nós da maior importância, e nesse sentido a atividade que a Sociedade Recreativa Musical Trafariense assim como outras Coletividades e Associações aqui residentes desenvolvem é também para nós da maior importância.

Passando às questões que aqui nos trazem para este ponto, a documentação foi distribuída, de qualquer maneira sublinhar alguns aspetos. Referimos a atividade da Câmara dos meses de agosto, setembro e outubro.

Sublinhar que em relação aos grandes eixos no que se refere ao eixo do planeamento estratégico, ordenamento e gestão do território se deram passos importantes no respeitante ao início do debate público sobre os planos de pormenor da Quinta do Guarda Mor; do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica e da Fonte da Telha. Também no que diz respeito à requalificação do Porto Brandão e ao Plano de Pormenor do Chegadinho se deram passos, e o mesmo aconteceu num conjunto de áreas urbanas de génese ilegal que como aí estão referidas, são a Quinta da Caneira; a Quinta da Palmeira; A Quinta de Santo António da Romeira; a Quinta de Santana; a Quinta do Funchalinho; o Bairro dos Leões; a Aroeira e os núcleos de lotes destacados da Charneca de Caparica num processo que naturalmente continuará ainda a prolongar-se durante mais algum tempo, mas onde é necessário continuar a fazer esforços.

Sublinhar a importância dos progressos havidos nas áreas de reabilitação urbana, onde o investimento privado mobilizado atingiu neste período cerca de 8 milhões de euros, o que revela bem da importância desta área de atividade que continuaremos a promover.

A sublinhar os esforços que foram feitos em relação às zonas deprimidas e degradadas nas Terras da Costa e do 2º Torrão, no sentido de ser fornecida energia elétrica aos residentes nestes núcleos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A inauguração do Planisfério da Interculturalidade em particular tendo em conta o momento que estamos a viver, assume um valor simbólico de grande importância não só por aquilo que representa, mas também pela forma como foi concebido e como foi construído.

As candidaturas ao Quadro Comunitário 2020 ocupou também uma parte importante da atenção e dos esforços dos nossos serviços, seja no que diz respeito ao Plano da Mobilidade Urbana, seja o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e também no quadro dos programas ditos de desenvolvimento local de base comunitária.

Em matéria de ambiente e de espaço urbano, sublinhar a aprovação pela Assembleia Municipal do novo Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos e também o início das obras para a passagem pedonal que unirá o Parque da Paz ao Parque Urbano dos Crastos. Queria também naturalmente referir que foi nesta altura que se assinalou a semana europeia da mobilidade, procurando com esta iniciativa promover-se a opção pela interculturalidade ao nível da utilização dos diferentes meios de transporte públicos.

Em matéria de mobilidade urbana e acessibilidades, continuou e desenvolveu-se e aprofundou-se o programa de conservação de arruamentos e da rede viária, portanto com centenas de iniciativas de reparação das vias e criando assim condições para uma intervenção mais aprofundada em termos da qualificação das nossas vias, mas sobre isto voltaremos com certeza a falar durante o debate dos documentos provisionais da Câmara Municipal.

Em matéria de educação, formação, conhecimento e juventude, queria sublinhar o conjunto de obras orientadas para a requalificação e melhoria do espaço nas escolas da responsabilidade do Município, Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e o progresso havido na eliminação das estruturas de fibrocimento encontrando-nos já numa fase próxima da eliminação deste tipo de estruturas nas nossas escolas.

Sublinhar também em matéria dos programas de apoio social escolar o ter-se pela primeira vez realizado os programas, se ter desenvolvido pela primeira vez o programa municipal de férias de verão 6.12, destinado a crianças entre os dois e doze anos, que este verão envolveu cerca de quatrocentas crianças. Voltou a ser feita a entrega da pasta escolar aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico das Escolas da Rede Pública com entregas desta pasta a cerca de mil e quinhentas crianças.

Neste período foi pela primeira vez assinalado o Dia Mundial para a Igualdade de Género e prosseguiu o processo de elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género.

Sublinhar as atividades desenvolvidas em colaboração com outras entidades no âmbito do Conselho Municipal de Educação e que levou à realização do Seminário sobre sucesso escolar.

Também a realização do Segundo Encontro das Bibliotecas Escolares do Concelho de Almada que abordou o tema “Biblioteca Escolar em Desenvolvimento do Pensamento Critico”.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em matéria de cultura, desporto, solidariedade e segurança, começando por este último aspeto, concluiu-se o processo de revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, que está em debate público e também se procedeu à elaboração dos Planos de Segurança Internos Contra Incêndios em Edifícios Municipais, a atualização dos Planos e de Segurança Interna dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico e Jardim de Infância e também a gestão dos Planos de Emergência Externa das Empresas Consideradas Perigosas. Neste período verificou-se uma situação de incêndio de maiores dimensões, há vários anos não se verificava, na Foz do Rego, e sublinhar aqui a prontidão e a capacidade manifestada pelos nossos corpos de Bombeiros e a sua boa articulação com as outras entidades chamadas a intervir neste contexto.

Em matéria de solidariedade sublinhar o Programa de Emergência Social, neste período de três meses foram apoiadas cento e cinquenta e oito famílias em particular através do pagamento de despesas com habitação.

Em matéria de habitação social, procedeu-se à preparação do realojamento de um conjunto significativo de famílias que se irá concretizar se tudo correr como desejamos, ainda até ao final deste mês ou imediatamente no início do próximo mês.

No que diz respeito à atividade cultural, sublinhar a realização e o sucesso do Festival “O Sol da Caparica” e a atribuição no plano cultural dos Prémios Literários “Cidade de Almada” e do Prémio Literário Maria Rosa Colaço, de literatura infantil.

Prosseguiram os trabalhos de modernização designadamente através de suporte informático da nossa atividade e deram-se início a obras de melhoramentos das instalações dos trabalhadores, nas instalações de Vale Figueira, no Parque Urbano da Costa da Caparica e estão as condições criadas assim que o Tribunal de Contas forneça o respetivo visto para que se iniciem também obras de melhoria das instalações dos trabalhadores nas instalações da rua D. João de Portugal e no Laranjeiro.

Muito sumariamente eram estes aspetos que queria referir.

Em relação ao compromisso assumido de se dar divulgação à atividade da Assembleia Municipal, estão criadas as condições para que na sequência desta Assembleia Municipal e no Boletim de dezembro ou em outro seja possível incluir o Boletim da Assembleia Municipal, no formato que penso que o Sr. Presidente da Assembleia terá sido já apresentado aos Srs. Deputados, mas se não for estamos em condições de o poder fazer. Estamos em condições de o poder fazer para apreciação e para recolha de opinião e estão também criadas as condições para a transmissão em suporte digital das sessões da Assembleia Municipal, restando só uma mera diligência contratual que não se tendo podido concretizar até hoje, mas que na próxima reunião estaremos em condições de o começar a fazer. Portanto também estes aspetos que gostava de referir.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação às questões colocadas no ponto anterior, permitam que vos informe que no que diz respeito à Escola de Música iremos diligenciar para que as condições de iluminação e das acessibilidades possam ser melhoradas embora haja aqui uma dúvida e foi por isso que também não interviemos, sobre se as áreas que estão a referir, sobretudo são exteriores ao Solar dos Zagallos, se são áreas da nossa propriedade. A ideia que temos é que podem ser áreas, azinhaga privada e portanto temos que ver como é que isso pode ser abordado e pode ser resolvido.

Em relação ao muro da Fernão Mendes Pinto, a obra pensamos que deve ser assumida pelo Ministério, mas enfim, nós temos antecedentes, não queremos estar novamente a recorrer à mesma situação a que fomos obrigados a recorrer no caso do célebre desnível da Estação do Pragal, nós fizemos a obra e depois ainda estamos a tratar porque nunca mais se esclarece a quem é que devemos mandar a conta. Mas de qualquer maneira com certeza que é matéria que nos preocupa e preocupa a Câmara, mas não deixaremos de intervir se entendermos que é necessário intervir, naturalmente não deixaremos de responsabilizar aqueles que têm responsabilidade em relação àquela obra.”

**8.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Oliveira, Maria Odete Alexandre, António Pedro Maco, António Salgueiro e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**8.2.1** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda naturalmente associa-se a todas as diligências que quer a Sr.<sup>a</sup> Presidente da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, está em representação da população a desenvolver relativamente à questão da saúde, ou seja, da falta das condições da saúde para a população da Trafaria, de Pêra e de todas as zonas que circundam a Trafaria e é natural os problemas que são vividos pela população. Nós entendemos que neste novo ciclo que se abriu, não é que tudo será resolvido, não haverá nenhuma varinha mágica que resolva todos os assuntos, mas a nossa função é exatamente contribuir para que os problemas se resolvam e aqueles problemas que são sentidos pela população, o problema da saúde e da falta de condições, sendo um problema específico na Freguesia onde nos encontramos, também existem outras Freguesias no Concelho e também nesse sentido todo o nosso esforço deverá ser desenvolvido e havendo até espaços cedidos pela Câmara como existe no Feijó, nós não podemos também esquecer a possibilidade, a concretização de uma unidade de saúde familiar no Feijó, como outros problemas noutras Freguesias do Concelho.

Quando analisamos o período da atividade municipal, é referido e congratulamo-nos com tal, o problema do Flexibus, chegar aos Centros de Saúde e ao HGO. A sua concretização representará um anseio justo de muitos cidadãos e cidadãs do Concelho de Almada. Tratando-se de um tema que que tem merecido um largo consenso nesta Assembleia



Municipal, pensamos que a valorização da mobilidade representará um avanço e portanto não podemos deixar de referir essa importância.

Relativamente ao Plano de Pormenor da Fonte da Telha, foi inequívoca a manifestação dos moradores na reunião realizada na Costa da Caparica no passado dia 5 de novembro. Foi uma reunião extremamente importante, onde todos tiveram a possibilidade de expressar as suas preocupações, os seus anseios nalguns aspetos de algumas famílias, algumas angústias em relação ao Plano que estava a ser apresentado. Daí a importância da decisão de continuar, de ser inevitável continuar a ouvir a Associação dos Moradores e todos aqueles que têm muito a dizer sobre o que ali acontece no dia a dia e sobre o futuro. Importante portanto a decisão assumida pelo Executivo da Câmara nessa reunião em relação a reequacionar o problema para uma decisão futura relativamente à Fonte da Telha.

Relativamente às Terras da Costa e ao Bairro do 2º Torrão na Trafaria, consideramos que o que está escrito no documento, uma solução permitirá o fornecimento de energia elétrica aos residentes nos dois núcleos referidos.

Consideramos que é um passo importante, no entanto no documento em apreciação é referido que onde a reabilitação não seja possível, então todos concluiremos da inevitabilidade de serem encontradas soluções estáveis e duradouras para estes territórios deprimidos. Pensamos que são dois territórios que inúmeras vezes temos abordado nesta Assembleia Municipal, são situações extremamente degradantes em que vivem inúmeras famílias, portanto com certeza que a Assembleia Municipal ficará, decidirá favoravelmente, e o Executivo da Câmara como é óbvio, todas as decisões que sejam tomadas no sentido de serem resolvidas no futuro situações que perduram há muitos anos.

Relativamente às instalações destinadas aos trabalhadores da autarquia, na página nove deste documento, refere Laranjeiro e Feijó. Mas não faz alusão ao Mercado Municipal. A decisão que foi tomada é que o Mercado será encerrado e as instalações, uma parte das instalações será dedicada exatamente a instalações de trabalhadores da autarquia. Existe um outro espaço, um espaço térreo em que deverá haver uma atenção muito especial em relação ao futuro. O que é que irá ser feito daquele espaço? E portanto, todos nós somos chamados também a contribuir com ideias relativamente a um espaço importante na Freguesia, que não tendo uma solução definitiva relativamente ao local, mas existem Associações de Solidariedade Social e outras que provavelmente terão planos e que aquele espaço, tal como o espaço situado do outro lado da rua está a ser utilizado e bem, também o espaço que deixará de existir como Mercado Municipal deve merecer a atenção do Executivo e de todos os Deputados Municipais. Mas há aqui um problema que é temático dos Mercados Municipais todos, e também nós todos somos chamados a aprofundar a situação. Os Mercados Municipais têm cada vez maiores dificuldades, a assiduidade nos Mercados é cada vez mais reduzida com poucas extensões, a situação económica hoje é diferente daquela que existia há



vinte anos e mesmo há dez anos, os grandes espaços comerciais estão aí a disputar estes espaços. Trata-se de uma temática a que todos deveremos ser chamados a intervir, porque o futuro não é um futuro risonho nestes espaços, nem sequer para os comerciantes, as pessoas que ali estão e para os respetivos utentes. Também aqui nós gostaríamos de deixar a importância de continuarmos a debater este tema.”

**8.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas duas questões em relação ao documento que nos foi distribuído.

Na página 19 refere que vai ser criada ou está a ser criada a rede de percursos escolares no interior do Concelho, integrando as valências pedonal e ciclável. Eu gostaria de ser esclarecida sobre esta rede de percursos escolares. Não sei exatamente do que se trata e tenho muita curiosidade de saber, porque de facto somos uma cidade de gente muito idosa e portanto há que dar muita atenção aos poucos jovens que temos e portanto esta é uma questão que me suscita alguma curiosidade. E finalmente na página 95 que é a última página do documento, diz que houve participação em reuniões com vista à implementação da Loja do Cidadão. Em 2004 eu fiz pela primeira vez uma proposta a esta Assembleia, não com a constituição que atualmente tem, evidentemente, mas fiz a primeira proposta de uma Loja do Cidadão e foi aceite por unanimidade. Desde 2004 que estamos à espera da criação de uma Loja do Cidadão em Almada e eu gostaria de saber qual é o ponto da situação desta ambição que já vai muito longe.”

**8.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria relativamente a esta questão da Atividade Municipal, fazer algumas considerações em nome do CDS-PP. Acima de tudo manifestar aqui frontalmente, e o Sr. Presidente da Câmara já o disse, esta forma de dialogar e de realmente enfrentar aquilo que são as contrariedades que se apresentam e nomeadamente por parte da oposição, deste espírito de abertura que tem manifestado ao longo do seu Mandato e nós independentemente das nossas divergências, independentemente das concessões que cada um tem daquilo que deve ser a política e a condução dos destinos que neste caso de uma autarquia, entendemos ser de realçar e como mais uma vez aqui foi dito e respondeu diretamente também ou neste caso indiretamente a proposta que o CDS-PP fez nessa mesma Moção, gostaríamos de facto de realçar esse facto que manifesta profundamente aquilo que deve ser a política dentro de uma autarquia. E realçamos dentro deste mesmo documento, eu gostaria de fazer aqui a questão o Sr. Presidente inclusivamente também já falou que trata da melhoria da qualidade de vida dos territórios deprimidos, em concreto as Terras da Costa e o Bairro do 2º Torrão. O Sr. Presidente falou e consta também do documento que está a ser desenvolvida uma solução que permitirá o fornecimento de energia elétrica. Sr. Presidente da Câmara gostaríamos de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

saber se nos pode dar já aqui essa indicação, qual é a solução que poderá estar em cima da mesa e pensada para que possa melhorar as condições de vida neste momento de quem está naquelas condições nas Terras da Costa e do Bairro do 2º Torrão.

Depois gostaríamos também de destacar neste mesmo documento os projetos e programas de candidatura cofinanciados pelo projeto comunitário “Portugal 2020”, nos Planos de Desenvolvimento Urbano a Mobilidade Sustentável e a Regeneração Urbana para dar aqui alguns exemplos.

Depois gostaríamos também de, embora entendermos e continuarmos a achar que há muito ainda por fazer, mas consideramos também que nos últimos meses tem-se verificado uma melhoria nas condições daquilo que tem a ver com a salubridade e a recolha de lixo urbano e resíduos urbanos, também temos e foi uma das preocupações que o CDS tem vindo ao longo dos últimos anos a dar indicação que estariam bastantes lacunas em Almada, mas aquilo que temos verificado é que tem melhorado substancialmente embora entendamos também que muito poderá ainda ser feito.

Depois já foi levantada aqui a questão pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Independente também relativamente aos percursos escolares, também o CDS-PP gostaria de ter mais informação relativamente a esta mesma matéria, que entendemos que à partida, depois da explicação dada pelo Sr. Presidente poderá também ser uma boa medida para as questões que tenham a ver com a educação. Saudamos também neste caso a exposição da Arte-Xávega, e Sr. Presidente mais uma vez nós CDS-PP chama atenção digamos assim para a necessidade daquela que foi também uma Moção aqui aprovada da constituição de um Museu da Pesca e do Pescador que entendemos também seria bastante importante.

O CDS-PP tinha aqui, mas o Sr. Presidente da Assembleia já falou também, gostaríamos de perceber qual a razão desta espera relativamente ao Requerimento do CDS-PP que endereçou à Câmara, da UCLA, gostaríamos de ter um balanço daquilo que possa ter sido feito e quais os benefícios, porque acreditamos nesta instituição e gostaríamos de saber também o que é que tem sido feito relativamente à adesão do Município de Almada a esta União de Cidades de Língua Portuguesa.

Depois uma questão que também preocupa, na matéria dos transportes, mais em concreto com a questão do parque de autocarros da TST em Cacilhas, e gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara se nos puder responder, existem dois postes que nesta altura de inverno estão constantemente desligados, dois postes de eletricidade. A pergunta que o CDS deixa é, são dois postes de iluminação que estão em Cacilhas, na central dos autocarros da TST, gostaríamos de saber de quem é a responsabilidade desses dois postes, visto que o poste de eletricidade com lâmpadas apagado não serve para nada. Gostaríamos de saber de quem é a responsabilidade, se for da autarquia, Sr. Presidente apelamos a que realmente



possa também colmatar essa mesma situação, se for da TST não temos qualquer problema também em chamar atenção a empresa de Transportes Sul do Tejo.”

**8.2.4 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só responder a algumas questões que foram colocadas. Penso que no que diz respeito aos equipamentos de saúde que é praticamente unânime a opinião desta Assembleia e da Câmara sobre a importância de Almada, o Município, estar devidamente dotado dos equipamentos públicos de saúde necessários, e todos sabemos das insuficiências quer em médicos de família, quer nouro tipo de respostas, apesar do esforço que os profissionais têm feito para suprir as insuficiências. Continuaremos a empenhar-nos para que o mais rapidamente possível sejam encontradas as soluções e portanto não deixaremos de insistir nessa direção e também de estar disponíveis como sempre estivemos, aliás acabou de referir que tínhamos feito uma cedência de terreno no Feijó para que sejam viabilizadas medidas que aumentem a acessibilidade aos serviços de saúde. Esta experiência que estamos em condições de iniciar com o Flexibus dirigido ao chamado circuito da saúde também se insere dentro destas preocupações e em muito breve estaremos em condições de o iniciar, portanto estamos só a diligenciar para fazermos uma reunião com os TST porque como é óbvio é necessário que essa reunião se realize.

Em relação ao Plano de Pormenor da Fonte da Telha, foi exatamente como disse, há um conjunto de condicionantes naquele território que o tornam particularmente vulnerável seja aquilo que são os resultados dos estudos científicos, foi exatamente como disse, há um conjunto de condicionantes naquele território que o tornam particularmente vulnerável seja aquilo que são os resultados dos estudos científicos sobre os impactos que as alterações climáticas ali podem ter e também por alguma instalação desordenada, alguma não, muita instalação desordenação de construções que depois também dificultam que se encontrem soluções que permitam de uma forma de sustentabilidade dar qualidade de vida àqueles que lá moram e permitir um desenvolvimento futuro daquela área tão importante do nosso território. Mas há condicionantes, mas há pessoas e as soluções têm que ser encontradas também com as pessoas. A nossa preocupação é que se procure resultado que salvguarde aquilo que é a vida e a segurança das pessoas e dos bens, também com interesses mais imediatos que as pessoas possam ter e que se prendem com o facto de lá estarem.

Em primeiro lugar há a situação dos Pescadores e das famílias dos Pescadores, e essa naturalmente é a que primeiro nos preocupa, mas entretanto muitos outros interesses ali foram criados, comerciantes, enfim, outros que têm que ser devidamente também salvaguardados. As soluções é o que dizemos, serão encontradas com as pessoas, o que não quer dizer também para não criarmos ilusões que nós estejamos satisfeitos com aquilo que lá está e que possamos estar dispostos a consentir tudo, porque isso não é possível e



até porque a maior parte das pessoas que vivem na Fonte da Telha compreendem, a esmagadora maioria compreendem que alguma coisa tem que ser feita naquele território.

Em relação às Terras da Costa e ao 2º Torrão, o fornecimento de energia elétrica no que diz respeito à parte das Terras do Lelo e Abreu está neste momento assegurada através do gerador fornecido pela Câmara. Em relação ao 2º Torrão caminhou-se para um acordo com a EDP e que está a permitir que seja possível o fornecimento de energia elétrica às casas, ultrapassando aquele problema que ali existe dos ganchos que ali são feitos e estamos convencidos que este procedimento também nos ajudará a ter um conhecimento mais preciso daquela realidade e também encontramos mais facilmente soluções para os problemas daquele Bairro. Também aqui e sempre com os moradores.

Instalações para os trabalhadores da Autarquia, a questão do Mercado do Laranjeiro estão dois operadores neste momento no Mercado do Laranjeiro e o Mercado do Laranjeiro com dois operadores não é sustentável, escusamos de estar agora aqui a fingir, e não há nenhuma perspetiva que no modelo seja possível uma solução a curto prazo. As obras que se vão fazer obrigam a que se mexa com as pessoas que lá estão, as poucas que lá estão. E se, se vai mexer com as poucas pessoas que lá estão resolve-se. Naturalmente que as preocupações que o Sr. Deputado manifestou são as preocupações que nós temos. De qualquer forma o que é importante dizer é que há soluções que estão a ser propostas e estão a ser aceites pelos operadores e isso era para nós ponto de honra, que a solução pudesse também ser aqui encontrada com eles e que naturalmente se coloca a questão o que no futuro fazer com aquela área. Todos iremos com certeza contribuir para se encontrar uma solução, sendo que é uma zona da nossa Cidade que também ela merece e é importante que esteja dotada de equipamentos. É uma zona com uma população vulnerável e portanto temos que ter em devida conta tudo aquilo que se faça naquele território, de forma a não aumentar a inquietação das pessoas, mas pelo contrário que se encontrem soluções.

Em relação à questão genérica dos Mercados Municipais, já temos falado nisto noutras ocasiões, temos um grupo de trabalho a agarrar esta matéria e iremos com certeza depois de uma forma mais alargada também discutir convosco as eventuais soluções. Mas aqui como o Sr. Deputado disse, todos podemos contribuir com ideias para que alguma coisa se possa aproveitar de espaço até pela sua localização, são de grande importância.

Sobre a rede dos percursos escolares. Trata-se de um estudo com base em algumas experiências também realizadas noutras cidades por esse mundo fora que em alternativa aos transportes e aos combustíveis fósseis, permita que de uma forma segura as pessoas utilizando os chamados meios suaves da bicicleta ao skate, ou os patins as pessoas se possam deslocar. O estudo está a ser feito na Charneca de Caparica e orientado para aquilo que possam ser as deslocações seguras das crianças entre a escola e as áreas de



habitação. O estudo está dirigido para esta matéria, é um estudo localizado que depois poderá ser alargado a outras áreas da nossa cidade.

Loja do Cidadão. A Loja do Cidadão, houve uma alteração de políticas do Governo em relação à Loja do Cidadão, a chamada Agência de Modernização Administrativa que tinha a competência da gestão das Lojas do Cidadão deixou de existir e a política foi transferir essa gestão para as autarquias. Nós procurámos e depois o processo teve várias idas e vindas e já não era as Lojas foi os Balcões, depois houve o ressuscitar das Lojas, nós acompanhámos este processo, tivemos reuniões com o Sr. Secretário de Estado acerca destas matérias e procurámos conhecer as experiências que iam sendo desenvolvidas, a experiência que nos foi indicada que estaria mais avançada era uma em Rio Maior, o Chefe de Gabinete da Presidência deslocou-se a Rio Maior para conhecer exatamente em que pé é que as coisas estavam, mas também aí havia uma grande dificuldade em arrancar este procedimento. Há procedimentos de gestão operativa, vamos assim dizer, que dificultavam o arranque por um lado e por outro lado havia o problema central de a Câmara se assumir como entidade gestora num contexto em que várias dúvidas de vária ordem se levantavam, até porque se tratava de transferir para a responsabilidade da Câmara ou dos edifícios que ficassem à responsabilidade da Câmara, não só a chamada resposta do Balcão mas depois o chamado como dizem os ingleses o “balcon office”, ou seja, vem todas aquelas prateleiras que ali estão que naturalmente são necessárias para que funcione libertando-se eventualmente outros edifícios que o Estado tem agora tido a seu cargo passando para a nossa responsabilidade isso. É um encargo significativo, eventualmente também por isso provavelmente, eventualmente em cidades mais pequenas podem ter tido algum sucesso, em cidades da nossa dimensão seríamos com certeza pioneiros e portanto como imaginam não estamos propriamente por várias razões disponíveis para assumir esse papel. Pensamos que há que voltar àquilo que foi o pensamento inicial sobre as Lojas do Cidadão, aí havia um consenso praticamente adquirido e talvez fazendo caminho por aí a gente consiga avançar. Em relação à nossa disponibilidade para fazer parte da solução? Estamos sempre disponíveis para isso, aliás discutiram-se várias localizações aqui em Almada sobre a possível localização da Loja e mantemos. Existem outras possibilidades além daquelas discutidas na altura, é uma questão disso voltar a ser discutido, mas é necessário ver o modelo em que assenta a Loja do Cidadão com a ideia de que nós não estamos em condições nem de assumir responsabilidades que são da Administração Central, nem contribuir de alguma maneira para que a pretexto da proximidade aquilo que se verifica é a anulação efetivamente dos serviços, porque isso seria dramático. Porque depois de desaparecerem já não volta para trás.

Candidaturas ao Portugal 2020. Amanhã poderíamos dar aos Srs. Deputados o quadro das candidaturas, penso que é mais fácil do que estar agora aqui a descrever as candidaturas. O que está em causa são vinte e cinco milhões de euros, oito milhões de euros de fundos



comunitários, dezassete milhões de euros de fundos municipais no conjunto dos projetos. Mas são números redondos, amanhã poderão com certeza ver que os vários programas e quais são os vários projetos em candidatura que naturalmente têm que obedecer àquilo que é a grelha de prioridades e de orientação que nos é colocado à disposição, isto não é chegar ali e a gente avia-se como quer, o produto que lá há é aquele e ou queremos aquele ou não há mais nada. Nós gostaríamos por exemplo que nas áreas de reabilitação urbana, já dissemos isso noutras ocasiões e nas várias dimensões e formas que a reabilitação pode ter tivéssemos os devidos recursos, acreditamos que seja possível voltar para a programação do Portugal 2020 e que seja possível introduzir alterações mais de acordo com aquilo que são as necessidades do nosso país e não aquelas que nos estão a ser apresentadas. É muito difícil satisfazermos algumas necessidades com aquilo que nos é apresentado.

Recolha do lixo, temos no que diz respeito ao ano passado, houve um reforço de pessoal que entrou em serviço este ano, estamos a começar a ter os efeitos desse reforço de pessoal. Tem estado em validação o processo de aquisição de equipamento, há uma aposta na mecanização dos processos de recolha, portanto como imaginam é um trabalho pesado, de grande esforço para os trabalhadores, no contexto em que os trabalhadores estão, enfim, pessoas com cinquenta, sessenta anos a fazerem este tipo de trabalho, depois a produtividade é baixa, são áreas em que a sinistralidade é grande, em que os dias de doença e de baixa se prolongam. A aposta tem que ser também aqui na mecanização deste trabalho por forma a aliviar mais os trabalhadores que o executam. Estamos a fazer uma aposta nesse sentido e naturalmente depois há um aspeto que está muito ligado ao regulamento que tem a ver com a necessidade de todos nós sentirmos que somos responsáveis pelo feliz convívio entre os cidadãos. Isto é, cada um tem que fazer a sua parte e portanto é fácil mandar o papel para o chão e tal, aquelas coisas que é sempre fácil fazer mas depois, mas mais fácil é esperar um bocadinho e quando chegar à papeleira para o chão, ou então também compreendemos que há situações em que as pessoas já são idosas podem ter dificuldade em levantar a tampa do contentor para meterem lá dentro o seu saco do lixo e preferem, ou são obrigados a deixa-lo fora do contentor e depois estas coisas, existe de tudo um bocadinho, mas temos que fazer um esforço para tornar a nossa cidade mais limpa.

Em relação às questões da Arte-Xávega e à valorização, estamos todos apostados nisso, se passa por Museu da Pesca ou por outras formas é qualquer coisa que vamos continuar a ver com os Homens do Mar e as Mulheres do Mar, com os Pescadores é sobretudo homens, mas também há mulheres no mar. Costuma-se dizer os homens, mas de facto há mulheres a fazerem esse trabalho, na Arte-Xávega também há muitas e portanto esta matéria terá que ir fazendo caminho com eles.



Balanço da nossa participação na UCLA. Nós temos tido uma aproximação nos últimos tempos às iniciativas da UCLA, o Sr. Vereador António Matos tem praticamente acompanhado tudo aquilo que tem sido iniciativas da UCLA, a UCLA vale também pelo nosso potencial da nossa relação, seja na defesa da promoção da língua portuguesa, seja também pelos contatos que estabelecemos. Nós temos comunidades importantes no nosso território originários ou familiares originários de países de língua portuguesa e isso é também para nós de grande significado e importância que das relações com a UCLA também possa resultar impactos positivos neste processo de uma cidade em que a interculturalidade, tolerância e os valores possam ser cultivados em comum. Estamos interessados na promoção deste projeto que como imagina nós podemos tirar algum proveito dele, mas a determinação das suas linhas de orientação estratégica são definidas no plano nacional, no plano de vários países e há coisas que gostaríamos de fazer mas que não estaremos agora em condições de fazer.

Transportes TST de Cacilhas, é uma questão que temos vindo a discutir no âmbito dos Srs. Vereadores que têm os pelouros relacionados com esta matéria. Nós gostávamos de resolver estes problemas pelo diálogo, mas todos compreendemos que aquilo que apetecia dizer era dizer aos TST's, meus amigos quando os autocarros estão parados vão fazer o estacionamento ali ao pé do Caramujo e não fiquem parados aqui dentro do terminal, que é o que tem acontecido e incomoda as pessoas. Mas com certeza que havemos de encontrar também aqui uma solução que naturalmente também passa a solução definitiva pelo projeto do plano de urbanização de Almada Nascente possa arrancar e que permite que a solução de transporte naquela área possa ser aquela que está prevista no Plano.

Em relação à iluminação em Cacilhas. Iremos ver, o Sr. Vereador, estávamos aqui a comentar e irá ver exatamente o que se passa. Há coisas nossas e há coisas dos TST, mas iremos ver isso.”

**8.2.5 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Neste ponto da ordem de trabalhos e como habitualmente aproveitamos para referenciar alguns problemas existentes e alertar a Câmara tendo em vista a resolução dos mesmos.

No passado mês de dezembro alertei aqui a Câmara para a situação existente no parque infantil situado no Jardim de Almada e relacionado com a rampa em cimento que é bastante íngreme e tem causado diversas quedas às crianças que ali vão brincar pelo que se considerava urgente a reformulação da mesma. Perguntava agora como é que se encontra essa situação.

Têm-me chegado algumas queixas sobre algum deficiente corte de ervas nas Quintas do Texugo, São Marcos e Santa Teresa.

No que respeita ao problema dos buracos existe alguma deficiência na zona das Barrocas que também era urgente reparar. Acresce também nesta zona a falta de estacionamento, bem



como subsistem os problemas de trânsito já que o estacionamento em cima dos passeios continua completamente desordenado. Ainda neste local mais concretamente as ruas Ilha do Príncipe, Ilha de S. Tomé e também nas escadas de ligação à praça e à rua da SFUAP a limpeza tem-se demonstrado deficiente.

Seguidamente gostava de perguntar se há algum desenvolvimento ao estudo sobre as questões relacionadas com os táxis que leva à melhoria das condições e das localizações, onde se situam as atuais praças.

Como se encontra a situação da doação de um parque infantil para a Escola Básica Integrada Jardim de Infância de Vale Flores? Ao que parece a Associação de Pais da Escola conseguiu a doação do equipamento, mas consta também que existem alguns problemas de rececionamento por parte da Câmara. É para ver se de facto é possível algum esclarecimento sobre esta situação.

Ainda sobre o Parque Infantil da Marisol, o relatório que o Sr. Presidente da Câmara distribui refere que estão em desenvolvimento os procedimentos de aquisição, será que é possível informar que género de equipamentos é que vão ser instalados no parque?"

**8.2.6 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão do parque infantil do Jardim de Almada, podemos ver como é que a coisa está e depois amanhã posso-lhe dizer exatamente o que é que há.

Em relação ao corte de ervas da Quita do Texugo e Santa Teresa que referiu. Não sei agora definir qual é a localização exata, os nossos serviços de fiscalização têm sido alertados para esta matéria, seja por queixas dos vizinhos, seja pela sua ação direta. E fizemos recentemente e tem vindo a ser feito já um muito largo número de admoestações aos proprietários para que procedam ao corte das ervas nos lotes, na maior parte dos casos, na esmagadora maioria dos casos são dos proprietários particulares. Aquilo que se verifica, porque sou eu que assino as cartas, é que ai uns oitenta por cento vivem fora do Concelho, em vários e por aí fora. Acredito que são pessoas que tenham comprado lotes aqui em Almada e que agora estão a viver noutras localidades e se terão afastado, e que não têm acompanhado esse trabalho de manutenção. Mesmo quando por nossa iniciativa vamos lá e cortamos as ervas coloca-se o problema a quem mandar a conta, porque também há casos em que não se sabe quem é o dono, por incrível que pareça, também existe isso, a carta vem devolvida. Mas de qualquer forma essas questões, sobretudo nas situações mais complicadas, quando há infestações com ratos, quando as pessoas se queixam, tem-se procurado intervir diretamente. Mas tudo aquilo que nos digam nós iremos fazendo com certeza.

Estacionamento das Barrocas. A Ilha do Príncipe e São Tomé que eu conheço, também vivi lá vinte anos, já existia problema de estacionamento, sempre existiu ali problema de



estacionamento, como deve saber. Agora, a população está mais envelhecida, eu tenho ideia que a situação até já esteve pior que aquilo que está, mas de qualquer forma existe o problema em toda aquela área da nossa cidade, tem problemas que conhece bem, é de facto uma situação complicada o problema de estacionamento que se coloca tal como aquele que tem vindo mais à liça no centro de Almada ou da Costa da Caparica. Mas o que é certo é que existe um parque, até existe um parque de estacionamento no edifício da Cantial que eu até pensava que só tinha um andar mas parece que tem três andares e que normalmente é um magnífico espaço que está vazio, mas o que é certo é que as pessoas não põem os carros lá dentro. Temos que ver como é que atuamos, não sei se é através dos parquímetros. De qualquer forma a questão do estacionamento será durante este ano de 2016 objeto de revisão do Regulamento. Essa matéria será tratada por nós também nesse contexto. Parques Infantis. O da Escola há de facto um problema porque a opinião do nosso Gabinete Jurídico é que nós não podemos receber para instalar nas nossas instalações, para mim deve haver uma solução, para mim, para si, para nós. Se alguém nos quer dar alguma coisa, quem é que não pode receber? Só se estiver doente. Deve haver uma situação para isso. Mas a dificuldade tem sido essa, nós temos estado em contato com a Associação de Pais e naturalmente que estamos empenhados em encontrar uma solução.

Em relação ao Parque Infantil da Marisol. Isso houve um concurso, depois o Sr. Vereador poderá dar uma explicação. Esse concurso caiu e depois houve um novo concurso. Se fosse possível depois trazer quais os equipamentos que estão em concurso e amanhã podia-se dar ao Sr. Deputado. É o que lhe posso dizer neste momento.”

- 9 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 26 de novembro de 2015.
- 10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Francisca Luís Baptista Parreira, Ivan da Costa Gonçalves e Francisco Miguel Pereira Cardina.
- 11 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; da Sr.<sup>a</sup> Jurista Teresa Canarias de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e seis Srs. Múncipes.
- 12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 24H35 do dia 26 de novembro de 2015.
- 14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_